

# pensamen brasileiro ento femin ileiro

PENSAMENTO  
FEMINISTA BRASILEIRO  
formação e contexto

Interseccionalidades:  
Pioneiras do feminismo negro brasileiro

Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez,  
Sueli Carneiro

nista brasileiro  
amento  
brasileiro

Org. Heloisa Buarque de Hollanda

BAZAR DO TEMPO

# pensamen brasileiro ento femin ileiro

PENSAMENTO  
FEMINISTA BRASILEIRO  
formação e contexto

**Interseccionalidades:  
Pioneiras do feminismo negro brasileiro**

Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez,  
Sueli Carneiro

nista brasileiro  
amento  
brasileiro

Org. Heloisa Buarque de Hollanda

BAZAR DO TEMPO



amento feminista brasileiro pensamento fem  
pensamento feminista brasileiro pensament  
eiro pensamento feminista brasileiro pensan  
brasileiro pensamento feminista brasileiro pe  
ista brasileiro pensamento feminista brasilei  
o feminista brasileiro pensamento feminista  
amento feminista brasileiro pensamento fem  
pensamento feminista brasileiro pensament  
eiro pensamento feminista brasileiro pensan  
brasileiro pensamento feminista brasileiro pe  
ista brasileiro pensamento feminista brasilei  
o feminista brasileiro pensamento feminista  
amento feminista brasileiro pensamento fem  
pensamento feminista brasileiro pensament  
eiro pensamento feminista brasileiro pensan  
brasileiro pensamento feminista brasileiro pe  
ista brasileiro pensamento feminista brasilei  
o feminista brasileiro pensamento feminista  
amento feminista brasileiro pensamento fem

# **Interseccionalidades: Pioneiras no feminismo brasileiro**

Heloisa Buarque de Hollanda  
organização



©Bazar do Tempo, 2019

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 12.2.1998.

É proibida a reprodução total ou parcial sem a expressa anuência da editora.

Este livro foi revisado segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

## EDIÇÃO

Ana Cecilia Impellizieri Martins

Maria de Andrade

## ORGANIZAÇÃO

Heloisa Buarque de Hollanda

## PRODUÇÃO EDITORIAL

Catarina Lins

Pê Moreira

PROJETO GRÁFICO E CAPA

Elisa von Randow

COPIDESQUE

Luiz Coelho

Vanessa Gouveia

REVISÃO

Rosemary Zuanetti

Silvia Massimini Felix

AGRADECIMENTOS

Bethânia Gomes

Herberth Ives Bongiovanni

Rubens Rufino

Schuma Schumacher

Thiago Lacaz

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto / Angela Arruda... [et al.];  
organização Heloisa Buarque de Hollanda.

Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

978-65-86719-06-2

Bazar do Tempo

Produções e Empreendimentos Culturais Ltda.

Rua General Dionísio, 53, Humaitá

22271-050 Rio de Janeiro RJ

[contato@bazardotempo.com.br](mailto:contato@bazardotempo.com.br)

[bazardotempo.com.br](http://bazardotempo.com.br)



**Beatriz Nascimento**

**Lélia Gonzalez**

**Sueli Carneiro**

# Sumário

## Introdução

Heloisa Buarque de Hollanda

## INTERSECCIONALIDADES: PIONEIRAS DO FEMINISMO NEGRO BRASILEIRO

### Racismo e sexismo na cultura brasileira

Lélia Gonzalez

### A mulher negra no mercado de trabalho

Beatriz Nascimento

### A mulher negra e o amor

Beatriz Nascimento

### Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro

Sueli Carneiro

Para Zezé Lima e Rose Marie Muraro

# Introdução

**Heloisa Buarque de Hollanda**

**É CURIOSO OBSERVAR, embora com certa tristeza, que os estudos de gênero nas universidades e centros de pesquisa brasileiros são marcados fortemente por bibliografias e referências anglo-americanas e eurocêntricas. Mesmo hoje, em plena explosão feminista, ainda não é praxe que nossas pesquisas e estudos incluam como eixo teórico o pensamento feminista brasileiro.**

Apenas nos últimos anos, provavelmente em razão da emergência dos debates feministas interseccionais, começamos a reconhecer a importância de pensadoras latino-americanas e mestiças, como se autodenominam as intelectuais chicanas (americanas com pais mexicanos) e latinas, e trazer agora a perspectiva decolonial com suas sérias ressalvas às teorias de caráter eurocêntrico.

Excluindo a regra de sofrermos em praticamente todas as disciplinas acadêmicas uma quase colonização teórica, não saberia responder o porquê exato dessa ausência gritante em nossas teses e bibliografias, especialmente na minha área, a de humanidades. Porém, me dedico à busca de algumas pistas.

Da minha perspectiva, que não acompanha necessariamente a periodicidade dos estudos sobre gênero no Brasil, as reflexões sobre as questões da mulher entre nós começam simultaneamente à formação do ativismo feminista nos anos 1960-70 com os chamados “grupos de reflexão”. Na realidade, esses eram grupos de conscientização. Eles são citados invariavelmente pelas ativistas como um marco, um primeiro momento de reconhecimento estratégico e troca sobre as

questões relativas à condição das mulheres. Nesses encontros, segundo relatos, eram discutidas questões profissionais, domésticas, políticas, e lidos textos trazidos por feministas que voltavam de exílios ou temporadas em países estrangeiros. Os livros citados como leituras recorrentes e infalíveis nesses encontros de mulheres eram *A origem da família, da propriedade privada e do estado*, de Friedrich Engels; *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir; *A mística feminina*, de Betty Friedan; e *Política sexual*, de Kate Millet. Esses pilares do pensamento feminista internacional, no início dos anos 1970, trouxeram para nossos grupos de mulheres provocações como o quase slogan “não se nasce mulher, torna-se mulher” (Simone de Beauvoir), a polêmica em torno do mito da heroína doméstica (Betty Friedan) e o sexo como categoria política legítima (Kate Millet) que termina gerando a grande bandeira da época: “o pessoal é político”.

Por outro lado, a reflexão feminista deu-se nesse mesmo contexto singular da militância, provocando uma retroalimentação em suas escolhas e projetos. Ou seja, a organização de nosso movimento feminista, bem como sua progressiva visibilidade, ao lado da emergência de um pensamento feminista entre nós, se deu em pleno regime de exceção política que se seguiu ao golpe militar de 1964.

Enquanto o feminismo daquela hora na Europa e nos Estados Unidos se alimentava das utopias e dos sonhos de liberdade e transformação da década de 1960, no Brasil a esquerda, incluindo-se aí as mulheres militantes, se manifestava numa frente ampla de oposição ao regime. Nesse quadro, era frequente que as iniciativas do movimento feminista estivessem vinculadas ao Partido Comunista ou à Igreja Católica progressista, instituição particularmente importante enquanto oposição ao regime militar. Nenhuma dessas alianças se deu sem problemas. O Partido reivindicava a prioridade de uma luta ampla e urgente em detrimento das especificidades incômodas das lutas feministas. A Igreja representava um sério conflito em demandas importantes, como a defesa do direito ao aborto e demais temas relativos à sexualidade. Contexto complicado. De um lado, uma forte repressão política e a consequente reação da esquerda; do outro, a necessidade de conjugar os interesses propriamente feministas com a irrecusável e urgente necessidade do engajamento político em tempos de chumbo. Com os estudos feministas, não foi muito diferente, de modo



que tal contexto tenha marcado fortemente a dicção e as prioridades de suas pesquisas e análises.

Voltando mais uma vez ao panorama internacional do feminismo, podemos ver que, por exemplo, nos Estados Unidos, os estudos feministas emergem das lutas de liberação dos movimentos de protesto da década de 1960, em que se incluem as instituições universitárias sob a mira ferrenha desses protestos. Portanto, as preocupações iniciais do feminismo acadêmico colocam em pauta, no conjunto de suas demandas, a interpelação ao conservadorismo das universidades, confrontado desde o primeiro momento da formação dessa área de conhecimento, chamada, nas universidades dos Estados Unidos, Women's Studies. A luta contra a discriminação sexual e racial no acesso e na vida acadêmicas, a organização profissional nas universidades, a composição do cânone teórico e literário, o conservadorismo dos fundamentos das ciências sociais são pautas de primeira grandeza nesse contexto do feminismo acadêmico dos anos 1960-70. Frente à insatisfação com a própria estrutura departamental e disciplinar universitária, logo de início os Women's Studies se colocam como um espaço distinto e alternativo no interior das grades disciplinares. No Brasil, esses estudos se alojaram em diversos departamentos e disciplinas, particularmente nas ciências sociais, e buscaram reconhecimento científico para suas pesquisas, deixando perigosamente naturalizadas as questões relativas ao saber masculino enquanto sinônimo de saber universal.

Ainda em contraponto com os estudos feministas internacionais, nossas pesquisadoras feministas privilegiaram uma pauta mais afinada com o discurso das esquerdas do que aquelas referentes ao aborto, à sexualidade, ao planejamento familiar, questões que não foram silenciadas, mas que permaneceram no âmbito das discussões privadas dos “grupos de reflexão”. Não é certamente por acaso que muitas de suas analistas nomeiem esse primeiro momento de “feminismo bem comportado”.

Outras estudiosas defendem ainda que o feminismo acadêmico é anterior ao ativismo feminista no Brasil, como comprovam a presença já na década de 1960

e início da década seguinte, de Heleieth Saffioti, Eva Blay, Carmem Barroso e Neuma Aguiar e seus trabalhos em centros acadêmicos de excelência. A tese A mulher na sociedade de classe: mito e realidade, de Heleieth Saffioti, é defendida em 1967. Zahidé Machado Neto ministra, em 1973, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), um curso pioneiro chamado “Sociologia da família e relações entre os sexos”. Em 1974, várias pesquisadoras brasileiras participam da “Conferência sobre perspectivas femininas nas ciências sociais latino-americanas” realizada em Buenos Aires e, em 1975, tem lugar na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) o seminário – Contribuição das Ciências Humanas para a Compreensão do Papel das Mulheres, organizado pelo Coletivo de Pesquisa sobre Mulher da Fundação Carlos Chagas.

Dado que frequentemente elege-se como marco da organização do ativismo feminista no Brasil o histórico seminário da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que teve lugar de 30 de junho a 6 de julho de 1975, vemos, com clareza, o pioneirismo e a posterior sincronicidade entre o ativismo e os trabalhos acadêmicos sobre a mulher. Ambos, por sua vez, marcados por um forte compromisso político de enfrentamento à ditadura e às desigualdades sociais.

Por sua vez, a política de conhecimento da área de estudos sobre a mulher é inaugurada sobre a tarefa de articular sua base – naquele momento, necessariamente marxista – com as questões mais específicas, e talvez mesmo mais subjetivas da condição da mulher. De certa maneira, essa base marxista, como confessa Branca Moreira Alves, deu “permissão” para que os estudos feministas se posicionassem melhor no quadro das demandas das esquerdas em que as questões sobre a mulher eram consideradas de menor interesse. Em entrevista a mim, diz Branca:

A tese de Heleieth nos deu permissão, a nós de esquerda, para tratar da mulher dentro desse universo do marxismo. Inegavelmente, na década de 1970, só o marxismo nos permitia analisar a sociedade. Era regra buscar apoio naqueles que chamávamos de barbudos – Karl Marx e Fredrich Engels – a legitimidade para

conseguirmos, pisando em ovos, falar de mulher.

Essa conversa nos dá a dimensão do quadro político e cultural no qual se deram essas primeiras investidas acadêmicas.

Branca Moreira Alves era orientanda de Heleieth Saffioti, personagem pioneira e emblemática de nossos estudos feministas que defendeu, em 1967, na Unesp, sua tese já citada sob orientação do professor Florestan Fernandes. Publicado pela Editora Vozes em 1976, o livro foi um best-seller e constitui até hoje uma referência nos estudos de gênero. Nunca é demais lembrar que, em 1967, o objeto de pesquisa “mulher”, por si só, ainda não se constituía como questão legítima para uma tese acadêmica.

Nesse sentido, Heleieth foi estratégica o suficiente e realizou um estudo marxista sobre o capitalismo subdesenvolvido, em que a opressão feminina estava determinada pela condição de classe. Outro ponto interessante é que em seu texto ou em eventos públicos, Heleieth, enfática, se recusava a identificar-se com o feminismo. Era apenas uma mulher de esquerda fortemente interessada na condição feminina.

Essa atitude de recusa à identificação com o feminismo não é exclusiva de Heleieth. Ao contrário, é um sintoma bastante encontrado em muitas de nossas pesquisadoras e estudiosas engajadas na questão da condição feminina, e praticamente a regra entre as escritoras e produtoras culturais que trabalharam com uma perspectiva feminista até o final da década de 1990 no Brasil e na América Latina em geral – o que diz muito sobre o contexto sociopolítico de nossas primeiras investidas feministas.

Voltando à dimensão das políticas que orientaram a consolidação dos estudos feministas entre nós, é também importante reiterar como, naquele momento,

parecia impossível a existência de um feminismo autônomo, desvinculado de uma perspectiva de classe.

Uma das personagens mais importantes dos momentos iniciais de nosso feminismo foi Rose Marie Muraro, ligada a um pensamento católico de esquerda e que, subvertendo a regra, intitulava-se feminista desde os primórdios dos anos 1960. Rose trabalhou de forma interessante a alquimia entre ideologia e feminismo propondo o que definia como “feminismo da fome”, um feminismo que, necessariamente, deveria incluir as mulheres de camadas mais pobres, e que se afinasse com a luta contra o Estado e com o ideário de esquerda relativo à necessidade imperiosa de uma transformação social. Rose não se integrou aos estudos feministas de caráter mais acadêmico, mas realizou importantes pesquisas especialmente sobre sexualidade, além de exercer uma extraordinária militância editorial feminista, à frente da pioneira Editora Rosa dos Tempos, ligada à Vozes e, portanto, à Igreja. Foi Rose que interpelou o forte machismo da esquerda, publicando a *Mística feminista*, e trazendo para o Brasil sua autora, a explosiva Betty Friedan, para o lançamento do livro em março de 1971. É um marco a histórica entrevista de Betty ao Pasquim e o confronto feroz entre a escritora feminista e os entrevistadores “progressistas”, e as diversas notas na imprensa a chamando de feia, nariguda, neurótica, machona e outras preciosidades, frutos da irritação que causou tanto na esquerda quanto nos meios militares. Ou seja, a visita de Betty Friedan certamente não passou em branco.

Voltando à trajetória do pensamento feminista na academia brasileira, é fundamental lembrar que, nesse mesmo período, é criado o Sistema Nacional de Pós-Graduação, o que facilitou bastante a produção de pesquisas sobre a condição feminina, tornando-se mesmo o *locus* privilegiado dessas pesquisas. Nesse caso, a área de ciências sociais é claramente sua área de maior concentração, produzindo a maior parte da produção sobre a mulher em relação a outros campos do saber, inclusive a área de Humanidades. Neste último caso, encontramos grupos de trabalho e estudos sobre a mulher em Letras, Comunicação e Artes que se desdobraram em teses e pesquisas importantes, mas a grande referência de área entre nós sempre foi e continua a ser a das ciências sociais.

Outro fator contextual decisivo no desenvolvimento e na formação dos estudos feministas no Brasil foi a atuação da Fundação Carlos Chagas, sem dúvida uma das maiores responsáveis pela consolidação dessa área de conhecimento. Foi a Carlos Chagas que, em São Paulo, promoveu desde 1974 seminários sobre a mulher, estimulando a pesquisa na área. Foi ela também, a Fundação Carlos Chagas, que em 1977 obteve o apoio da Fundação Ford e lançou o Programa de Dotações para Pesquisa sobre Mulheres e Relações de Gênero, realizando, ao longo de 20 anos, oito concursos de alcance nacional e apoiando 170 projetos de pesquisa em várias áreas disciplinares. O impacto decisivo desse programa no campo dos estudos de gênero vem sendo analisado em vários estudos, com destaque para “Estudos de gênero: a construção de um novo campo de pesquisas no país”,<sup>1</sup> de Bila Sorj, e o estudo de Albertina Costa, Carmen Barroso e Cynthia Sarti, “Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto?”, que integra esta coletânea.

Os trabalhos desenvolvidos nos concursos da Carlos Chagas reafirmam o panorama mais geral dos estudos acadêmicos sobre gênero. Ou seja, a concentração no campo da Sociologia, Antropologia e Ciência Política, e seus temas prioritários como a mulher na força de trabalho, saúde reprodutiva, violência doméstica e o aborto. A questão mais específica do aborto, como já mencionei, trazia alguns problemas de encaminhamento num contexto de exceção política. O artigo de Leila Linhares Barsted, “Legalização e descriminalização: dez anos de luta feminina”, incluído neste volume, analisa detalhadamente os combates pela descriminalização do aborto entre nós. Leila aponta para um dado interessante e pouco mencionado nas lutas pró-aborto: onde existem democracias consolidadas, essa luta defende a ampliação dos horizontes democráticos. Entre nós, no contexto autoritário e repressivo, essa mesma luta torna-se, simultaneamente, um combate voltado para a conquista da democracia e dos direitos das mulheres. Por isso, a problemática do aborto aqui teve impasses e estratégias próprias. Não muito diversos foram os debates sobre liberdade sexual e o direito ao corpo de forma mais ampliada – incluindo-se aí temas como o do homossexualismo –, o que ocorria preferencialmente na esfera privada e nos encontros de mulheres.



Especificamente sobre sexualidade, esse assunto estrategicamente evitado fora dos grupos de reflexão, temos duas publicações importantes, ambas mais ligadas ao ativismo do que à academia. Em 1981, a Editora Brasiliense publica Espelho de Vênus, resultado da experiência de um grupo de reflexão feminista, o Grupo Ceres, que registra a vivência de mulheres de diferentes origens e gerações a respeito da evolução de seu corpo e sexualidade. Trata-se de um livro pioneiro que registra depoimentos extremamente interessantes no momento em que as mulheres começam a se conscientizar e, sobretudo, a falar de si, tornando-se referência na história de toda uma geração de feministas brasileiras.

O segundo livro, publicado dois anos depois, em 1983, com autoria de Rose Marie Muraro, é o livro Sexualidade da mulher brasileira, resultado de uma extensa pesquisa utilizando a metodologia defendida por Rose como método “estatístico descritivo” e não ortodoxo. A autora coloca na mesa a questão central da divisão entre o ativismo feminista e os grupos de esquerda: qual a luta mais importante, a de classes ou a de gênero? Apacando essa questão como havia feito Heleith Saffioti, ainda que de forma menos aberta, Rose comanda uma pesquisa-participante, focada na amostragem de entrevistas com mulheres, mostrando a realidade social brasileira fortemente dividida em classes sociais. Essa pesquisa foi baseada em questionários fechados, o que permitia a comparação entre os grupos estudados. O livro teve enorme impacto na mídia, esteve durante seis meses na lista dos mais vendidos, e ganhou o apelido de “Relatório Muraro” em referência ao famoso Relatório Hite.<sup>2</sup>

Esses dois trabalhos foram importantes, mas é bastante difícil encontrarmos, nessa época, textos teóricos sobre o assunto na altura dos artigos de excelência encontrados sobre violência doméstica, a posição da mulher no mercado de trabalho e saúde da mulher realizados naquele mesmo momento. Como observam com justeza Bila Sorj e Maria Luiza Heilborn,<sup>3</sup> as questões mais específicas da sexualidade como prostituição e homossexualidade se desenvolveram paralelamente aos estudos de gênero dentro da rubrica de “comportamento desviante” e “desvio social”, no âmbito da sociologia e da antropologia.

Ao contrário da experiência brasileira, no panorama internacional, tanto os temas da sexualidade quanto a área de Women's Studies na filosofia, na literatura e nas artes foram numerosos e tiveram grande impacto. Esses temas ganharam visibilidade através de um longo processo teórico de construção (e atualmente de desconstrução) da noção de gênero e das interpelações heteronormativas e interseccionais, trazendo notória complexidade e protagonismo para o pensamento feminista norte-americano e europeu nos anos 1970-1980.

Nessa introdução, venho utilizando com frequência a terminologia “estudos feministas” na designação do campo de estudos sobre mulher. Eu me permiti essa opção, arbitrária neste caso, mesmo sabendo que essa designação é uma entre outras, como “estudos de gênero” ou “estudos da mulher”, e que o uso de uma ou outra significa uma disputa acadêmica diretamente ligada a correntes teóricas e mesmo políticas no campo destes estudos.

O critério que orientou a seleção dos textos que compõem esse volume foi o de mostrar, durante o período de sua formação, as décadas de 1970 a 1990,<sup>4</sup> os principais eixos e as características dos nossos estudos feministas e de gênero, seus impasses e avanços, bem como as perspectivas e estratégias desenvolvidas nas práticas do cruzamento entre a militância e o empenho teórico.

Não foi fácil escolher textos e autoras para este volume, o que comprova a riqueza e amplitude da atividade acadêmica voltada para a mulher no momento de constituição desse campo de saber. As escolhas foram feitas preferencialmente na direção de sinalizar os caminhos do pensamento feminista brasileiro, os temas mais abordados pelas pesquisas e algumas de suas principais protagonistas.

O volume é dividido em quatro partes. A primeira parte traz uma amostragem de pesquisas que pretenderam de certa forma organizar a história do feminismo brasileiro, ou momentos importantes dessa história, como o artigo de Constância Lima Duarte, que oferece um cruzamento importante entre história e literatura

como forma de relatar a trajetória do feminismo em seus primeiros tempos, o de Branca Moreira Alves que nos apresenta um resumo do histórico do movimento sufragista, baseado em seu livro *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil* (1980), o de Rita Terezinha Schmidt que, representando o que chamei de “tendência arqueológica”, procura recuperar a força de duas escritoras pouco conhecidas, mas que intervêm corajosamente no movimento de criação de narrativas para a constituição de uma genealogia da nação brasileira, reclamando a inclusão, nessas narrativas, das questões da diferença e da exclusão social. Jacqueline Pitanguy relata as conquistas feministas na Constituinte de 1987 – ela mesma personagem dessa luta conhecida como o “lobby do batom” –, enquanto Bila Sorj faz uma reflexão sobre as formas de inserção dos estudos feministas no quadro das teorias modernas sobre os movimentos sociais no advento das quebras paradigmáticas da filosofia pós-moderna. Por fim, temos o trabalho referente às pesquisas sobre mulher no Brasil, escrito pelas próprias responsáveis pela organização dos já históricos editais da Fundação Carlos Chagas, Albertina Costa, Carmen Barroso e Cynthia Sarti; o texto de Bila Sorj que faz uma reflexão sobre as formas de inserção dos estudos feministas no quadro das teorias modernas sobre os movimentos sociais no advento das quebras paradigmáticas da filosofia pós-moderna e, finalmente, o de Rita Terezinha Schmidt que, representando o que chamei acima de “tendência arqueológica”, procura recuperar a força de duas escritoras pouco conhecidas, mas que intervêm corajosamente no movimento de criação de narrativas para a constituição de uma genealogia da nação brasileira, reclamando a inclusão, nessas narrativas, das questões da diferença e da exclusão social.

Busquei para essa parte abordagens e perspectivas diversas no sentido de oferecer às leitoras e aos leitores um conjunto multifacetado das tentativas iniciais de pensar a constituição de um pensamento feminista no Brasil.

A segunda parte foi dedicada aos temas-chave dos estudos sobre a mulher, respectivamente: a violência, a inclusão da mulher no mercado de trabalho e o aborto, que também eram as bandeiras imediatas do ativismo, bem como o perfil teórico e político desses textos, como é o caso principalmente do trabalho de Heleieth Saffioti sobre violência. Também exemplares são os textos de Maria Betânia Ávila sobre direitos reprodutivos, o de Leila Linhares Barsted sobre o

percurso da luta pelo aborto e o de Mary Castro, que enfatiza a importância das categorias de gênero, raça e geração na análise do sindicato de trabalhadores domésticos em Salvador.

Outra característica desse período de formação, acentuado durante a transição democrática, é o grande número de textos que desenvolvem análises mais aprofundadas sobre as bandeiras feministas como insumo para as políticas públicas. É precisamente nesta época, do governo José Sarney, que as feministas começam a buscar o aparelho governamental para implementar e, em um certo sentido, viabilizar suas reivindicações. Outra especificidade importante desses estudos, que significa um avanço sobre os estudos feministas internacionais, é, já nos anos 1960-1990, a atenção especial dada à abordagem inclusiva em relação às questões das mulheres de classes mais pobres em contraposição ao feminismo “universal” tão frequente nos estudos europeus e norte-americanos.

Em seguida, a terceira parte é especialmente dedicada às pioneiras dos debates sobre a especificidade das relações entre gênero e raça, até hoje grandes referências desses estudos entre nós, como: Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro.

Fechando o volume, na quarta parte temos um novo balanço, agora menos histórico, que procura repensar horizontes disciplinares e colocar em pauta questões epistemológicas na perspectiva feminista, questões que vão se desdobrar com força nas décadas posteriores. Nesse sentido, o estudo de Lourdes Maria Bandeira é importante na medida em que coloca em pauta a categoria “violência de gênero” como de caráter necessariamente multifacetado, pois se constitui como um jogo de forças de sua dupla dimensão de fenômeno social e categoria de análise, abrindo um vasto campo de reflexão para estudiosos e pesquisadores. Na mesma direção, Maria Luiza Heilborn nos oferece uma observação aguda sobre o cruzamento das características próprias da antropologia com os estudos de gênero, mostrando como a antropologia enfatiza a perspectiva sistêmica que domina o jogo de construção dos papéis e identidades masculinas e femininas e sinalizando a fragilidade da expressão

“relações de gênero” como eixo e definição dos estudos sobre mulher.

Paralelamente, o estudo de Angela Maria Silva Arruda faz movimento similar, assinalando uma certa convergência entre as teorias das representações do campo da psicologia social com as teorias feministas que começam a privilegiar o papel da experiência e trazer para suas pautas a perspectiva de uma epistemologia feminista. Os dois últimos artigos aprofundam essa discussão, central para o avanço teórico da área.

Maria Odila Leite da Silva Dias avança seu estudo sobre a pesquisa na área da História em direção a uma epistemologia feminista na qual sujeito e objeto estariam diluídos um no outro. Apontando para a necessidade incontornável de se historicizar, contextualizar e relativizar conceitos e saberes universais, Maria Odila propõe como tarefa maior do pensamento feminista o trabalho com a hermenêutica do cotidiano, privilegiando categorias instáveis, porém capazes de fragilizar a perspectiva do sujeito epistemológico masculino universal. O efeito desse movimento seria permitir a emergência dos processos de vir a ser de novas subjetividades femininas.

Essa quarta parte – e a coletânea – é fechada com o texto de Margareth Rago, cujo foco direto é a abordagem crítica epistemológica e a formação de contradiscursos feministas que possam se constituir como um campo de conhecimento próprio, interpelando nosso “feminismo tropical” [sic] mais atento à urgência dos problemas sociais e às demandas urgentes de intervenção.

A partir da chamada terceira onda feminista, que corresponderia aos anos 1990-2000, os estudos feministas entre nós se ampliam em pautas, questões e terrenos disciplinares, apesar de conhecerem um certo refluxo entre as gerações mais jovens. Entretanto, na segunda década do século XXI, estimulado pelas novas formas do ativismo jovem na internet e nas ruas, esses estudos começam a voltar com força. Nas universidades, proliferam coletivos de mulheres que discutem o machismo no campo acadêmico, bem como se multiplicam os trabalhos



universitários no formato de teses, pesquisas e trabalhos de conclusão de curso, agora não apenas exclusivos das ciências sociais. as áreas de letras, belas-artes, comunicação e arquitetura são surpreendidas pela entrada maciça de pesquisadoras particularmente interessadas nas questões da desconstrução das noções de gênero e sexualidade, a diversidade dos feminismos – agora sempre usado no plural –, colocando em pauta o debate sobre “lugar de fala”, ou seja, o direito de autorrepresentação dos diversos segmentos feministas.

Discute-se, de forma acirrada, teorias decoloniais, queer, a desconstrução da noção de gênero. Além disso, a ideia de sexo biológico é duramente interpelada. Essa efervescência, bastante apoiada na bibliografia internacional e em novas revisões feministas das teorias marxistas, é bastante visível na academia.

Movida por este momento de redescoberta do feminismo e querendo contar essa história para as jovens feministas, reuni textos de nossas veteranas brasileiras – produzidos numa hora de repressão e ditadura militar – que tiveram de enfrentar compromissos políticos nem sempre desejáveis, preconceitos machistas dos intelectuais e dificuldades em sua inserção acadêmica. Enfim, mesmo assim o pensamento feminista conseguiu emergir e se consolidar como área legítima de conhecimento.

## NOTAS

1Publicado em Albertina de Oliveira Costa et al. (orgs.), Uma história para contar: a pesquisa na Fundação Carlos Chagas , São Paulo: Annablume, 2004, p. 119-140.

2The Hite Report , publicado em 1976, é o resultado de uma extensa e polêmica pesquisa da sexóloga Shere Hite, sobre a sexualidade feminina nos Estados Unidos, gerando grande impacto no debate sobre o feminismo. O Relatório Hite

foi traduzido no Brasil pela poeta Ana Cristina Cesar para a Editora Difel em 1978.

3Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj, “Estudos de gênero no Brasil”, in Sérgio Miceli (org.), O que ler na ciência social brasileira (1970-1995) , Anpocs/Capes, São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

4As datas dos artigos aqui selecionados correspondem a este período, considerado o de formação do pensamento feminista no Brasil. Em alguns casos, os estudos abordam os temas e debates referentes a esse recorte de tempo, tendo sido, entretanto, escritos um pouco mais recentemente.

# **Interseccionalidades**

**PIONEIRAS DO FEMINISMO NEGRO BRASILEIRO**

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença, porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto.

**Lélia Gonzalez**

# Racismo e sexismo na cultura brasileira

**Lélia Gonzalez**

## *CUMÉ QUE A GENTE FICA?*

“Foi então que uns brancos muito legais convidaram a gente pra uma festa deles, dizendo que era pra gente também. Negócio de livro sobre a gente, a gente foi muito bem recebido e tratado com toda consideração. Chamaram até pra sentar na mesa onde eles tavam sentados, fazendo discurso bonito, dizendo que a gente era oprimido, discriminado, explorado. Eram todos gente fina, educada, viajada por esse mundo de Deus. Sabiam das coisas. E a gente foi sentar lá na mesa. Só que tava cheia de gente e não deu pra gente sentar junto com eles. Mas a gente se arrumou muito bem, procurando umas cadeiras e sentando bem atrás deles. Eles tavam tão ocupados, ensinando um monte de coisa pro criolêu da platéia, que nem repararam que se apertasse um pouco até que dava pra abrir um espaçozinho e todo mundo sentar juto na mesa. Mas a festa foi eles que fizeram, e a gente não podia bagunçar com essa de chega pra cá, chega pra lá. A gente tinha que ser educado. E era discurso e mais discurso, tudo com muito aplauso. Foi aí que a neguinha que tava sentada com a gente, deu uma de atrevida. Tinham chamado ela pra responder uma pergunta. Ela se levantou, foi lá na mesa pra falar no microfone e começou a reclamar por causa de certas coisas que tavam acontecendo na festa. Tava armada a quizumba. A negrada parecia que tava esperando por isso pra bagunçar tudo. E era um tal de falar alto, gritar, vaiar, que nem dava pra ouvir discurso nenhum. Está na cara que os brancos ficaram brancos de raiva e com razão. Tinham chamado a gente pra festa de um livro que falava da gente e a gente se comportava daquele jeito, catimbando a discursadeira deles. Onde já se viu, se eles sabiam da gente mais do que a gente mesmo, se tavam ali, na maior boa vontade, ensinando uma porção de coisa pra gente da gente? Teve uma hora que não deu pra aguentar aquela zoada toda da negrada ignorante e mal educada. Era demais. Foi aí que um branco enfezado



partiu pra cima de um crioulo que tinha pegado no microfone pra falar contra os brancos. E a festa acabou em briga...

Agora, aqui pra nós, quem teve a culpa? Aquela neguinha atrevida, ora. Se não tivesse dado com a língua nos dentes... Agora está queimada entre os brancos. Malham ela até hoje. Também, quem mandou não saber se comportar? Não é à toa que eles vivem dizendo que “preto quando não caga na entrada, caga na saída...”<sup>1</sup>

**A LONGA EPÍGRAFE diz muito além do que ela conta. De saída, o que se percebe é a identificação do dominado com o dominador. E isso já foi muito bem analisado por um Fanon,<sup>2</sup> por exemplo. Nossa tentativa aqui é a de uma indagação sobre o porquê dessa identificação. Ou seja, o que foi que ocorreu para que o mito da democracia racial tenha tido tanta aceitação e divulgação? Quais foram os processos que teriam determinado sua construção? O que ele oculta, para além do que mostra? Como a mulher negra é situada no seu discurso?**

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós, o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Consequentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele que habitualmente vínhamos colocando em textos anteriores. E a mudança se deu progressivamente a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar à questão da mulher negra em uma outra perspectiva. Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta.

Em comunicação apresentada no Encontro Nacional da Lasa (Latin American Studies Association), em abril de 1979,<sup>3</sup> falamos da mulata, ainda que de passagem, não mais como noção de caráter étnico, mas como profissão. Tentamos desenvolver um pouco mais essa noção em outro trabalho, apresentado

num simpósio realizado, em Los Angeles (Ucla), em maio de 1979.<sup>4</sup> Ali, falamos sobre essa dupla imagem da mulher negra de hoje: mulata e doméstica. Mas ali também emergiu a noção de mãe preta, colocada numa nova perspectiva. Mas ficamos por aí.

Nesse meio tempo, participamos de uma série de encontros internacionais que tratavam da questão do sexismo como tema principal, mas que certamente abriam espaço para a discussão do racismo também. Nossa experiência foi muito enriquecedora. Vale ressaltar que a militância política no Movimento Negro Unificado constituía-se como fator determinante de nossa compreensão da questão racial. Por outro lado, a experiência vivida como membro do Grêmio Recreativo de Arte Negra e da Escola de Samba Quilombo permitiu-nos a percepção de várias facetas que se constituiriam em elementos muito importantes para a concretização deste trabalho. E começou a se delinear, para nós, aquilo que se poderia chamar de contradições internas. O fato é que, como mulheres negras, sentimos a necessidade de aprofundar essa reflexão, ao invés de continuarmos a reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos nos falavam apenas da mulher negra numa perspectiva socioeconômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Porém, ficava (e ficará) sempre um resto, que desafiava as explicações. E isso começou a nos incomodar. Exatamente pelas noções de mulata, doméstica e mãe preta que estavam ali, nos martelando com sua insistência.

Nosso suporte epistemológico se dá a partir de Freud e Lacan, ou seja, da psicanálise. Justamente porque, como nos diz Jacques-Alain Miller em sua Teoria da Alíngua:

O que começou com a descoberta de Freud foi outra abordagem da linguagem, outra abordagem da língua, cujo sentido só veio à luz com sua retomada por Lacan. Dizer mais do que sabe, não saber o que diz, dizer outra coisa que não o que se diz, falar para não dizer nada, não são mais, no campo freudiano, os defeitos da língua que justificam a criação das línguas formais. Essas são

propriedades inelimináveis e positivas do ato de falar. Psicanálise e lógica, uma se funda sobre o que a outra elimina. A análise encontra seus bens nas latas de lixo da lógica. Ou ainda: a análise desencadeia o que a lógica domestica.<sup>5</sup>

Ora, na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim o determina a lógica da dominação, caberia uma indagação via psicanálise. E justamente com base na alternativa proposta por Miller, ou seja: por que o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes, nós o sabemos) domesticar?

O risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans é aquele que não tem fala própria, é a criança que fala de si na terceira pessoa, porque é falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa.

A primeira coisa que a gente percebe nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por quê? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e, se é malandro, é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha,<sup>6</sup> pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto, têm mais é que ser favelados.

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença, porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem

parece preto.

Por aí se vê que o barato é domesticar mesmo. E, se a gente detém o olhar em determinados aspectos da chamada cultura brasileira, a gente saca que, em suas manifestações mais ou menos conscientes, ela oculta, revelando, as marcas da africanidade que a constituem. (Como é que pode?) Seguindo por aí, a gente também pode apontar pro lugar da mulher negra nesse processo de formação cultural, assim como os diferentes modos de rejeição e integração de seu papel.

Por isso, a gente vai trabalhar com duas noções que ajudarão a sacar o que a gente pretende caracterizar. A gente está falando das noções de consciência e de memória. Como consciência, a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. A consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, a consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala por meio das mancadas do discurso da consciência. O que a gente vai tentar é sacar esse jogo aí, das duas, também chamado de dialética. E, no que se refere à gente, à crioulada, a gente saca que a consciência faz tudo para a nossa história ser esquecida, tirada de cena. E apela para tudo nesse sentido.<sup>7</sup> Só que isso tá aí... e fala.

## **A NÊGA ATIVA**

Mulata, mulatinha meu amor

Fui nomeado teu tenente interventor

Lamartine Babo

Carnaval. Rio de Janeiro, Brasil. As palavras de ordem de sempre: bebida, mulher e samba. Todo mundo obedece e cumpre. Blocos de sujo, banhos à fantasia, frevos, ranchos, grandes bailes nos grandes clubes e nos pequenos também. Alegria, loucura, liberdade geral. No entanto, há um momento que se impõe. Todo mundo se concentra: na concentração, nas arquibancadas, diante da tevê.

As escolas vão desfilar suas cores duplas ou triplas. Predominam as duplas: azul e branco, verde e rosa, vermelho e branco, amarelo e preto, verde e branco e por aí afora. Espetáculo feérico, dizem os locutores: plumas, paetês, muito luxo e riqueza. Imperadores, uiaras, bandeirantes e pioneiros, princesas, orixás, bichos, bichas, machos, fêmeas, salomões e rainhas de sabá, marajás, escravos, soldados, sóis e luas, baianas, ciganas, havaianas. Todos sob o comando do ritmo das baterias e do rebolado das mulatas que, dizem alguns, não estão no mapa. “Olha aquele grupo do carro alegórico, ali. Que coxas, rapaz”; “veja aquela passista que vem vindo; que bunda, meu Deus! Olha como ela mexe a barriguinha. Vai ser gostosa assim lá em casa, tesão”; “elas me deixam louco, bicho”.

E lá vão elas, rebolantes e sorridentes rainhas, distribuindo beijos como se fossem bênçãos para seus ávidos súditos nesse feérico espetáculo... E feérico vem de “fée”, fada, na civilizada da língua francesa. Conto de fadas?

O mito que se trata de reencenar aqui é o da democracia racial. E é justamente no momento do rito carnavalesco que o mito é atualizado com toda a sua força simbólica. E é nesse instante que a mulher negra transforma-se única e

exclusivamente na rainha, na “mulata deusa do meu samba”, “que passa com graça/fazendo pirraça/fingindo inocente/tirando o sossego da gente”. É nos desfiles das escolas de primeiro grupo que a vemos em sua máxima exaltação. Ali, ela perde seu anonimato e se transfigura na Cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-la. Esses, por sua vez, tentam fixar sua imagem, estranhamente sedutora, em todos os seus detalhes anatômicos; e os flashes se sucedem, como fogos de artifício eletrônicos. E ela dá o que tem, pois sabe que amanhã estará nas páginas das revistas nacionais e internacionais, vista e admirada pelo mundo inteiro. Isso, sem contar o cinema e a televisão. E lá vai ela feericamente luminosa e iluminada, no feérico espetáculo.

Toda jovem negra, que desfila no mais humilde bloco do mais longínquo subúrbio, sonha com a passarela da Marquês de Sapucaí. Sonha com esse sonho dourado, conto de fadas no qual “a Lua te invejando fez careta/ porque, mulata, tu não és deste planeta”. E por que não? Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra.

Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas.<sup>8</sup>

Se a gente dá uma volta pelo tempo da escravidão, pode encontrar muita coisa interessante. Muita coisa que explica essa confusão toda que o branco faz com a gente porque a gente é preto. Pra gente que é preta então, nem se fala. Será que as avós da gente, as mucamas, fizeram alguma coisa pra eles tratarem a gente desse jeito? Mas, o que era uma mucama? O Aurélio assim define:

Mucama. (Do quimbumdo mu'kama 'amásia escrava') S. f. Bras. A escrava negra moça e de estimação que era escolhida para auxiliar nos serviços caseiros ou acompanhar pessoas da família e que, por vezes, era ama de leite. (Os grifos são meus).

Parece que o primeiro aspecto a observar é o próprio nome, significante proveniente da língua quimbunda, e o significado que nela possui. Nome africano, dado pelos africanos e que ficou como inscrição não apenas no dicionário. Outro aspecto interessante é o deslocamento do significado no dicionário, ou seja, no código oficial. Vemos aí uma espécie de neutralização, de esvaziamento no sentido original. O “por vezes” é que, de raspão, deixa transparecer alguma coisa daquilo que os africanos sabiam, mas que precisava ser esquecido, ocultado.

Vejamos o que nos dizem outros textos a respeito de mucama. June E. Hahner, em *A mulher no Brasil*, assim se expressa:

(...) a escrava de cor criou para a mulher branca das casas grandes e das menores, condições de vida amena, fácil e na maior parte das vezes ociosa. Cozinhava, lavava, passava a ferro, esfregava de joelhos o chão das salas e dos quartos, cuidava dos filhos da senhora e satisfazia as exigências do senhor. Tinha seus próprios filhos, o dever e a fatal solidariedade de amparar seu companheiro, de sofrer com os outros escravos da senzala e do leito e de submeter-se aos castigos corporais que lhe eram, pessoalmente, destinados. (...) O amor para a escrava (...) tinha aspectos de verdadeiro pesadelo. As incursões desaforadas e aviltantes do senhor, filhos e parentes pelas senzalas, a desfaçatez dos padres a quem as Ordenações Filipinas não intimidavam, com seus castigos pecuniários e degredo para a África, nem os faziam desistir dos concubinatos e mancebias com as escravas.<sup>9</sup>

Mais adiante, citando José Honório Rodrigues, ela se refere a um documento do fim do século XVIII pelo qual o vice-rei do Brasil na época excluía de suas

funções do capitão-mor que manifestara “baixos sentimentos” e manchara seu sangue pelo fato de ter se casado com uma negra. Já, naqueles tempos, observava-se de que maneira a consciência (revestida de seu caráter de autoridade, no caso) buscava impor suas regras do jogo: concubinação, tudo bem; mas casamento é demais.

Ao caracterizar a função da escrava no sistema produtivo (prestação de bens e serviços) da sociedade escravocrata, Heleieth Saffioti mostra sua articulação com a prestação de serviços sexuais. E por aí ela ressalta que a mulher negra acabou por se converter no “instrumento inconsciente que, paulatinamente, minava a ordem estabelecida, quer na sua dimensão econômica, quer na sua dimensão familiar.”<sup>10</sup> Isso porque o senhor acabava por assumir posições antieconômicas, determinadas por sua postura sexual; como houvesse negros que disputavam com ele no terreno do amor, partia para a apelação, ou seja, a tortura e a venda dos concorrentes. E a desordem se estabelecia exatamente porque

as relações sexuais entre os senhores e escravas desencadeavam, por mais primárias e animais que fossem, processos de interação social incongruentes com as expectativas de comportamento, que presidiam à estratificação em castas. Assim, não apenas homens brancos e negros se tornavam concorrentes na disputa das negras, mas também mulheres brancas e negras disputavam a atenção do homem branco.<sup>11</sup>

Pelo que os dois textos dizem, constatamos que o engendramento da mulata e da doméstica se fez a partir da figura da mucama. E, pelo visto, não é por acaso que, no Aurélio, a outra função da mucama está entre parênteses. Deve ser ocultada, recalcada, tirada de cena. Mas isso não significa que não esteja presente, com sua malemolência perturbadora. E o momento privilegiado em que sua presença se torna manifesta é justamente o da exaltação mítica da mulata neste entre parênteses que é o Carnaval.

Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação



de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua própria família e a dos outros nas costas. Daí, ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego, é uma categoria “branca”, unicamente atribuível a “brancas” ou “clarinhas”). Os porteiros dos edifícios obrigam-nos a entrar pela porta de serviço, obedecendo instruções dos síndicos brancos (os mesmos que as “comem com os olhos” no Carnaval ou nos oba-obas. Só pode ser doméstica, logo, entrada de serviço). E, pensando bem, entrada de serviço é algo meio maroto, ambíguo, pois sem querer remete a gente para outras entradas (não é, seu síndico?). É por aí que a gente saca que não dá pra fingir que a outra função da mucama tenha sido esquecida. Está aí.

Mas é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isso porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (esquadrões da morte, mãos brancas estão aí matando negros à vontade; observe-se que são negros jovens, com menos de trinta anos. Que se veja também quem é a maioria da população carcerária deste país). Cabe de novo perguntar: como é que a gente chegou a este estado de coisas, com abolição e tudo em cima? Quem responde pra gente é um branco muito importante (pois é cientista social, uai) chamado Caio Prado Junior. No livro Formação do Brasil contemporâneo, ele diz uma porção de coisas interessantes sobre o tema da escravidão:

Realmente a escravidão, nas duas funções que exercerá na sociedade colonial, fator trabalho e fator sexual, não determinará senão relações elementares muito simples. (...) A outra função do escravo, ou antes, da mulher escrava, de instrumento de satisfação das necessidades sexuais de seus senhores e dominadores, não tem um efeito menos elementar. Não ultrapassará também o nível primário e puramente animal do contato sexual, não se aproximando senão muito remotamente da esfera propriamente humana do amor, em que o ato

sexual se envolve de todo um complexo de emoções e sentimentos tão amplos que chegam até a fazer passar para o segundo plano aquele ato que afinal lhe deu origem.<sup>12</sup>

Depois que a gente lê um barato assim, nem dá vontade de dizer nada porque é um prato feito. Mas vamos lá. Quanto aos dois fatos apontados e conjugados, é só dar uma olhadinha, de novo, no texto de Heleieth. Ela dá um baile no autor, no mesmo espaço discursivo em que ele se colocou. Porém, nosso registro é outro, vamos dar nossa chamadinha também. Pelo exposto, a gente tem a impressão de que branco não trepa, mas comete ato sexual e que chama tesão de necessidade. E, ainda por cima, diz que animal só tira sarro. Assim não dá pra entender, pois não? Mas, na verdade, até que dá, pois o texto possui riqueza de sentido, na medida em que é uma expressão privilegiada do que chamaríamos de neurose cultural brasileira. Ora, sabemos que o neurótico constrói modos de ocultamento do sintoma, porque isso lhe traz certos benefícios. Essa construção o liberta da angústia de se defrontar com o recalcamiento. Na verdade, o texto em questão aponta para além do que pretende analisar. No momento em que fala de alguma coisa, negando-a, ele se revela como desconhecimento de si mesmo.

Nessa perspectiva, ele pouco teria a dizer sobre essa mulher negra, seu homem, seus irmãos e seus filhos de que vínhamos falando. Exatamente porque ele lhes nega o estatuto de sujeito humano. Trata-os sempre como objeto. Até mesmo como objeto de saber.<sup>13</sup> É por aí que a gente compreende a resistência de certas análises que, ao insistirem na prioridade da luta de classes, se negam a incorporar as categorias de raça e sexo. Ou sejam, insistem em esquecê-las.<sup>14</sup>

E, retomando a questão da mulher negra, a gente vai reproduzir uma coisa que a gente escreveu há algum tempo:

As condições de existência material da comunidade negra remetem a condicionamentos psicológicos que têm que ser atacados e desmascarados. Os diferentes índices de dominação das diferentes formas de produção econômica

existentes no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do “lugar natural” de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas etc. até a polícia formalmente constituída. Da casa-grande e do sobrado até os belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço. (...) No caso do grupo dominado, o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende por que o outro lugar natural do negro sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão psicológica através do medo. A longo prazo, o que se visa é o impedimento de qualquer forma de unidade do grupo dominado, mediante a utilização de todos os meios que perpetuem a sua divisão interna. Enquanto isso, o discurso dominante justifica a atuação desse aparelho repressivo, falando de ordem e segurança sociais.<sup>15</sup>

Pelo visto, e respondendo à pergunta que a gente fez mais atrás, parece que a gente não chegou a esse estado de coisas. O que parece é que a gente nunca saiu dele. Basta a gente dar uma relida no que a Hahner e a Heleieth disseram. Acontece que a mucama “permitida”, a empregada doméstica, só faz cutucar a culpabilidade branca, porque ela continua sendo a mucama com todas as letras. Por isso ela é violenta e concretamente reprimida. Os exemplos não faltam nesse sentido; se a gente articular divisão racial e sexual de trabalho, fica até simples. Por que será que ela só desempenha atividades que não implicam em “lidar com o público”? Ou seja, em atividades onde não pode ser vista? Por que os anúncios de emprego falam tanto em “boa aparência”? Por que será que, nas casas das madames, ela só pode ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira e raramente copeira? Por que é “natural” que ela seja a servente nas escolas, supermercados, hospitais etc. e tal?

E quando, como no famoso “caso Marli”<sup>16</sup> (que tem sua contrapartida no “caso Aézio”<sup>17</sup> que, afinal, deu no que deu), ela bota a boca no trombone, denunciando o que estão fazendo com homens de sua raça? Aí as coisas ficam realmente pretas e há que dar um jeito. Ou se parte para a ridicularização ou se assume a culpabilidade mediante a estratégia de não assumí-la. Deu pra sacar? A gente se explica: os programas radiofônicos ditos populares são useiros e vezeiros na arte de ridicularizar a crioula que defende seu crioulo das investidas policiais (ela sabe o que vai acontecer a ele, né? O “caso Aézio” taí de prova). Que se escute as seções policiais desses programas. Afinal um dos meios mais eficientes de fugir à angústia é ridicularizar, é rir daquilo que a provoca. Já o “caso Marli”, por exemplo, é levado a sério, tão a sério que ela tem que se esconder. É sério porque se trata do seu irmão (e não do seu homem); portanto, nada melhor para neutralizar a culpabilidade despertada pelo seu ato do que o gesto de folclorizá-la, de transformá-la numa “Antígona Negra”, na heroína, única e inigualável. Com isso, a massa anônima das Marlis é esquecida, recalcada. E tudo continua legal nesse país tropical. Elementar, meu caro Watson.

É por aí que a gente entende por que dizem certas coisas, pensando que estão xingando a gente. Tem uma música antiga chamada “Nêga do cabelo duro” que mostra direitinho porque eles querem que o cabelo da gente fique bom, liso e mole, né? É por isso que dizem que a gente tem beiços em vez de lábios, fornalha em vez de nariz e cabelo ruim (porque é duro). E quando querem elogiar a gente dizem que a gente tem feições finas (e fino se opõe a grosso, né?). E tem gente que acredita tanto nisso que acaba usando creme pra clarear, esticando os cabelos, virando “leidi” e ficando com vergonha de ser preta. Pura besteira. Se bobear, a gente nem tem que se defender com os xingamentos que se referem diretamente ao fato de a gente ser preta. E a gente pode até dar um exemplo que põe os pintos nos is.

Não faz muito tempo que a gente estava conversando com outras mulheres, num papo sobre a situação da mulher no Brasil. Foi aí que uma delas contou uma história muito reveladora, que complementa o que a gente já sabe sobre a vida sexual da rapaziada branca até não faz muito: iniciação e prática com as crioulas.

É aí que entra a história que foi contada pra gente (obrigada, Ione). Quando chegava na hora do casamento com a pura, frágil e inocente virgem branca, na hora da tal noite de núpcias, a rapaziada simplesmente brochava. Já imaginaram o vexame? E onde é que estava o remédio providencial que permitia a consumação das bodas? Bastava o nubente cheirar uma roupa de crioula que tivesse sido usada, para “logo apresentar os documentos”. E a gente ficou pensando nessa prática, tão comum nos intramuros da casa-grande, da utilização desse santo remédio chamado catinga de crioula (depois deslocado para o cheiro de corpo ou simplesmente cê-cê). E fica fácil entender quando xingam a gente de negra suja, né?

Por essas e outras também, que dá vontade de rir quando a gente continua lendo o livro do seu Caio Prado Junior.<sup>18</sup> Aquele trecho, que a gente reproduziu aqui, termina com uma nota de rodapé, onde ele reforça todas as babaquices que diz da gente, citando um autor francês (André Maurois) em francês (só que a gente traduz):

O milagre do amor humano é que, sobre um instinto tão simples, o desejo, ele constrói os edifícios de sentimentos, os mais complexos e delicados.

É esse milagre que o amor da senzala não realizou e não podia realizar no Brasil-colônia.

Pelo exposto, parece que nem Freud conseguiu melhor definir neurose do que André Maurois. Quanto à negativa do “seu” Caio Prado Júnior, infelizmente, a gente sabe o que ele está afirmando esquecidamente: o amor da senzala só realizou o milagre da neurose brasileira, graças a essa coisa simplérrima que é o desejo. Tão simples que Freud passou a vida toda escrevendo sobre ela (talvez porque não tivesse o que fazer, né, Lacan?). Definitivamente, Caio Prado Júnior “detesta” nossa gente.

A única colher de chá que dá é quando fala da “figura boa da ama negra” de Gilberto Freyre, da “mãe preta”, da “bá”, que “cerca o berço da criança brasileira de uma atmosfera de bondade e ternura”.<sup>19</sup> Nessa hora, a gente é vista como figura boa e vira gente. Mas aí ele começa a discutir sobre a diferença entre escravo (coisa) e negro (gente) pra chegar, de novo, a uma conclusão pessimista sobre ambos.

É interessante constatar como, por meio da figura da “mãe-preta”, a verdade surge da equivocação.<sup>20</sup> É exatamente essa figura, para a qual se dá uma colher de chá, quem vai dar a rasteira na raça dominante. É através dela que o “obscuro objeto do desejo” (o filme do Buñuel), acaba se transformando na “negra vontade de comer carne” na boca da moçada branca que fala português. O que a gente quer dizer é que ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como querem alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: quem é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe pra dormir, que acorda de noite pra cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Como mucama, é a mulher; então a “bá” é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve para parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Essa é efetuada pela negra. Por isso, a “mãe preta” é a mãe.

E, quando a gente fala em função materna, a gente está dizendo que a mãe preta, ao exercê-la, passou todos os valores que lhe diziam respeito para a criança brasileira, como diz Caio Prado Júnior. Essa criança, este infans, é a dita cultura brasileira, cuja língua é o português. A função materna diz respeito à internalização de valores, ao ensino da língua materna e a uma série de outras coisas mais que vão fazer parte do imaginário da gente.<sup>21</sup> Ela passa pra gente esse mundo de coisas que a gente vai chamar de linguagem. E graças a ela, ao que ela passa, a gente entra na ordem da cultura, exatamente porque é ela quem nomeia o pai.

Por aí, a gente entende por que, hoje, ninguém quer saber mais de babá preta, só vale portuguesa. Só que é um pouco tarde, né? A rasteira já foi dada.

## **MUITA MILONGA PRA UMA MIRONGA SÓ**

Só uma palavra me devora

Aquela que o meu coração não diz

ABEL SILVA

Quando se lê as declarações de um Dom Avelar Brandão [1912-1986], Arcebispo da Bahia, dizendo que a africanização da cultura brasileira é um modo de regressão, dá pra desconfiar, porque, afinal de contas, o que está feito, está feito. E o Bispo dançou aí. Acordou tarde porque o Brasil já está e é africanizado. M. D. Magno tem um texto que impressionou a gente, exatamente porque ele discute isso. Duvida da latinidade brasileira afirmando que este barato chamado Brasil nada mais é do que uma América Africana, ou seja, uma Améfrica Ladina. Para quem saca de crioulo, o texto aponta para uma mina de ouro que a boçalidade europeizante faz tudo para esconder, para tirar de cena. E, justamente por isso, estamos aí, usando de jogo de cintura, para tentar se entender. Embora falando, a gente, como todo mundo, tá numa de escritura. Por isso, a gente vai tentar apontar para aquele que tascou sua assinatura, sua marca, seu selo (aparentemente, sem sê-lo), seu jamegão, seu sobre-nome como pai dessa “adolescente” neurótica que a gente conhece como cultura brasileira. E quando se fala de pai está se falando de função simbólica por excelência. Já diz o ditado popular que “Filhos de minha filha, meus netos são; filhos do meu filho,

serão ou não, Função paterna é isso aí. É muito mais questão de assumir do que de ter certeza. Ela não é outra coisa senão a função de ausentificação que promove a castração. É por aí, graças a Frege,<sup>22</sup> que a gente pode dizer que, como o zero, ela se caracteriza como a escrita de uma ausência.

É o nome de uma ausência. O nome dessa ausência, digamos, é

o nome que se atribui à castração. E o que é que falta para essa ausência não ser ausente, para completar essa série? Um objeto que não há, que é retirado de saída. Só que os mitos e as construções culturais etc. vão erigir alguma coisa, alguma ficção para colocar nesse lugar; ou seja, qual é o nome do Pai e qual é o nome do lugar-tenente do Nome do Pai? Por um motivo importante, porque se eu souber qual é o nome do lugar-tenente do Nome do Pai, acharei esse um (S1) que talvez não seja outra coisa senão o nome [grifo nosso] do Nome do Pai.<sup>23</sup>

É por isso que a gente falou em sobre-nome, isto é, nesse S1 que inaugura a ordem significante de nossa cultura. Acompanhando as sacações de Magno, a gente fecha com ele ao atribuir ao significante negro o lugar de S1. Pra isso, basta que a gente pense nesse mito de origem elaborado pelo Mário de Andrade que é o Macunaíma. Como todo mundo sabe, Macunaíma nasceu negro, “preto retinto e filho do medo da noite”. Depois ele branqueia como muito crioulo que a gente conhece, que, se bobear, quer virar nórdico. É por aí que dá pra gente entender a ideologia do branqueamento, a lógica da dominação que visa a dominação da negrada mediante a internalização e a reprodução dos valores brancos ocidentais. Mas a gente não pode esquecer que Macunaíma é o herói da nossa gente. E ninguém melhor do que um herói para exercer a função paterna.<sup>24</sup> Isso sem falar nos outros como Zumbi,<sup>25</sup> Ganga-Zumba e até mesmo Pelé. Que se pense nesse outro herói chamado de a Alegria do Povo, nascido em Pau Grande.<sup>26</sup> Eles estão como repetição do S1, como representações populares do herói. Os heróis oficiais não têm nada a ver com isso, são produto da lógica da dominação, não têm nada a ver com “a alma de nossa gente”.



É por essa via que entendemos uma série de falas contra o negro e que são como modos de ocultação, de não assunção da própria castração. Por que será que dizem que preto correndo é ladrão? Ladrão de quê? Talvez de uma onipotência fálica. Por que será que dizem que preto, quando não caga na entrada, caga na saída? Por que será que um dos instrumentos de tortura utilizados pela polícia da Baixada do Rio de Janeiro é chamado de “mulata assanhada” (cabo de vassoura que introduzem no ânus dos presos)? Por que será que tudo aquilo que o incomoda é chamado de coisa de preto? Por que será que ao ler o Aurélio, no verbete negro, a gente encontra uma polissemia marcada pelo pejorativo e pelo negativo? Por que será que seu Bispo fica tão apavorado com a ameaça da africanização do Brasil? Por que será que ele chama isso de regressão? Por que vivem dizendo pra gente se por no lugar da gente? Que lugar é esse? Por que será que o racismo brasileiro tem vergonha de si mesmo? Por que será que se tem “o preconceito de não ter preconceito” e ao mesmo tempo se acha natural que o lugar do negro seja nas favelas, nos cortiços e alagados?

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante, dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse r no lugar do l nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o l inexistente. Afinal, quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo, acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sacam que tão falando pretoguês.

E por falar em pretoguês, é importante ressaltar que o objeto parcial por excelência da cultura brasileira é a bunda (esse termo provém do quimbundo que, por sua vez, e juntamente com o ambundo, provém do tronco linguístico bantu que “casualmente” se chama bunda). E dizem que significante não marca... Marca bobeira quem pensa assim.<sup>27</sup> De repente bunda é língua, é linguagem, é sentido, é coisa. De repente é desbundante perceber que o discurso da consciência, o discurso do poder dominante, quer fazer a gente acreditar que a gente é tudo brasileiro, e de ascendência europeia, muito civilizado etc. e tal.

Só que, na hora de mostrar o que eles chamam de “coisas nossas”, é um tal de falar de samba, tutu, maracatu, frevo, candomblé, umbanda, escola de samba e por aí afora. Quando querem falar do charme, da beleza da mulher brasileira, pinta logo a imagem de gente queimada da praia,<sup>28</sup> de andar reboativo, de meneios no olhar, de requebros e faceirices. E culminando, pinta este orgulho besta de dizer que a gente é uma democracia racial. Só que quando a negrada diz que não é, caem de pau em cima da gente, xingando a gente de racista. Contraditório, né? Na verdade, para além de outras razões, reagem dessa forma justamente porque a gente pôs o dedo na ferida deles, a gente diz que o rei está pelado. E o corpo do rei é preto e o rei é escravo.

E logo pinta a pergunta. Como é que pode? Que inversão é essa? Que subversão é essa?

A dialética do senhor e do escravo serve para explicar o barato.

E é justamente no Carnaval que o reinado desse rei manifestamente se dá. A gente sabe que Carnaval é festa cristã, que ocorre num espaço cristão, mas aquilo que chamamos do Carnaval brasileiro possui, na sua especificidade, um aspecto de subversão, de ultrapassagem de limites permitidos pelo discurso dominante, pela ordem da consciência. Essa subversão na especificidade só tem a ver com o negro. Não é por acaso que nesse momento, a gente sai das colunas policiais e é promovida à capa de revista, a principal focalizada pela tevê, pelo cinema e por aí afora. De repente, a gente deixa de ser marginal para se transformar no símbolo da alegria, da descontração, do encanto especial do povo, dessa terra chamada Brasil. É nesse momento que Oropa, França e Bahia são muito mais Bahia do que outra coisa. É nesse momento que a negrada vai para a rua viver o seu gozo e fazer a sua gozação. Expressões como: botá o bloco na rua, botá pra frevê (que virou nome de dança nas fervuras do carnaval nordestino), botá pra derretê, deixa sangrá, dá um suó, etc. são prova disso. É também nesse momento que os não negros saúdam e abrem passagem para o Mestre-Escravo, para o senhor, no reconhecimento manifesto de sua realeza. É nesse momento que a exaltação da cultura americana se dá através da mulata,

desse “produto de exportação” (o que nos remete a reconhecimento internacional, a um assentimento que está para além dos interesses econômicos, sociais etc., embora com eles se articule). Não é por acaso que a mulher negra, como mulata, sabendo disso, posto que conhece, bota pra quebrar com seu rebolado. Quando se diz que o português inventou a mulata, isso nos remete exatamente ao fato de ele ter instituído a raça negra como objeto; e mulata é crioula, ou seja, negra nascida no Brasil, não importando as construções baseadas nos diferentes tons de pele. Isso aí tem mais a ver com as explicações do saber constituído do que com o conhecimento.

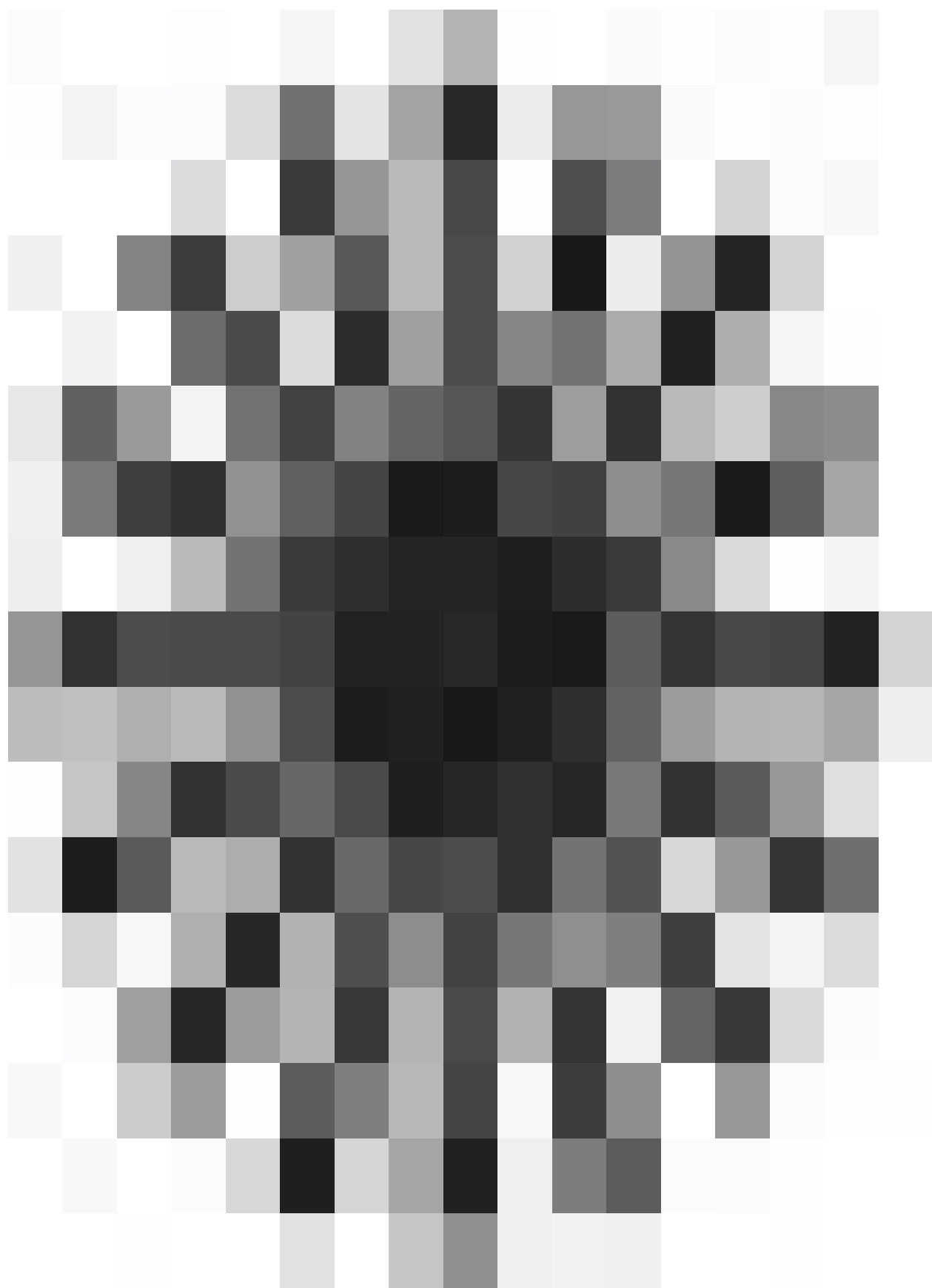
É também no Carnaval que se tem a exaltação do mito da democracia racial, exatamente porque nesse curto período de manifestação do seu reinado o Senhor-Escravo mostra que ele, sim, transa e conhece a democracia racial. Exatamente por isso que no resto do ano há reforço do mito enquanto tal, justamente por aqueles que não querem olhar para onde ele aponta. A verdade que nele se oculta, e que só se manifesta durante o reinado do escravo, tem que ser recalcada, tirada de cena, ficando em seu lugar as ilusões que a consciência cria para si mesma. Senão como é que se explicaria, também, o fato de os brancos proibirem a presença da gente nesses lugares que eles chamam de chique e da gente não ter dessas frescuras com eles? E é querendo aprofundar sua sacação que Magno se indaga se

na Dialética Senhor-Escravo, porque é a dialética da nossa fundação (...), aonde sempre o senhor se apropria do saber do escravo, a inseminação, por vias desse saber apropriado, como marca que vai dar em relação com o S2, não foi produzida pelo escravo, que, na dialética, retoma o lugar do senhor, subrepticamente, como todo escravo. (...) Quer dizer, o lugar do senhor era de outrem, mas a produção e a apropriação do lugar-tenente de nome do pai veio marcada, afinal, por esse elemento africano.<sup>29</sup>

Diferentes lugares da cultura brasileira são caracterizados pela presença desse elemento. No caso da macumba, por exemplo, que se atente para o 31 de dezembro nas praias do Rio de Janeiro, para os despachos que se multiplicam em

cada esquina (ou encruzilhada) de metrópoles como Rio e São Paulo, e isso sem falar de futebol. Que se atente para as festas de largo em Salvador (tão ameaçadoras para o inseguro europocentrista do Bispo de lá). Mas que se atente para os hospícios, as prisões e as favelas, como lugares privilegiados da culpabilidade como dominação e repressão. Que se atente para as práticas dessa culpabilidade através da chamada ação policial. Só porque o Significante-Mestre foi roubado pelo escravo que se impôs como senhor. Que se atente, por fim, pro samba da Portela quando fala de Macunaíma: “Vou m’embora, vou m’embora/ Eu aqui volto mais não/ Vou morar no infinito e virar constelação”. E o que significa constelação, senão lugar de inscrição, de marcação do Nome do Pai?

Se a batalha discursiva, no que se refere à cultura brasileira, foi ganha pelo negro, que terá ocorrido com aquele que segundo os cálculos deles, ocuparia o lugar do senhor? Estamos falando do europeu, do branco, do dominador. Desbancando do lugar do pai, ele só pode ser, como diz o Magno, o tio ou o corno; do mesmo modo que a europeia acabou sendo a outra.



**ESTE TEXTO É UMA VERSÃO REVISADA DO ARTIGO PUBLICADO NO ANUÁRIO CIÊNCIAS SOCIAIS HOJE, ANPOCS, 1984, P. 223-244, TENDO SIDO APRESENTADO PELA PRIMEIRA VEZ NA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO “TEMAS E PROBLEMAS DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL”, IV ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS), RIO DE JANEIRO, 31 DE OUTUBRO DE 1980.**

## **NOTAS**

1N.E. .: Epígrafe da própria autora.

2N.E. .: Frantz Fanon (1925-1961), filósofo, psiquiatra e ensaísta francês nascido na Martinica e de origem africana. Foi intelectual fortemente engajado nas questões raciais e nos temas ligados à descolonização, tendo elaborado importantes estudos sobre efeitos psicológicos da colonização.

3Lélia Gonzalez, “Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher”, mimeo, Annual Meeting of the Latin American Studies Association, Pittsburgh, 5-7 abr 1979.

4Lélia Gonzalez, “O papel da mulher negra na sociedade brasileira”, mimeo, Spring Symposium the Political Economy of the Black World, Los Angeles, 10-12 mai 1979.

5JacquesAlain Miller, “Teoria da Alíngua”, Revista Lugar , nº 8, 1976, p. 17.

6Lélia Gonzalez, “A Juventude negra brasileira e a questão do desemprego”, mimeo, Annual Meeting of African Heritage Studies Association, Pittsburgh, 26-29 abr 1979.

7O melhor exemplo de sua eficácia está no barato da ideologia do branqueamento. Pois foi justamente um crioulo, apelidado de mulato, quem foi o primeiro na sua articulação em discurso “científico”. A gente tá falando do seu Oliveira Vianna. Branqueamento, não importa em que nível, é o que a consciência cobra da gente, para mal aceitar a presença da gente, para mal aceitar a presença da gente. Se a gente parte pra alguma crioulice, ela arma logo um esquema pra gente “se comportar como gente”. E tem muita gente da gente que só embarca nessa.

8Nesse sentido, vale apontar para um tipo de experiência muito comum. Refiro-me aos vendedores que batem à porta da minha casa e, quando abro, perguntam gentilmente:

“A madame está?” Sempre lhes respondo que a madame saiu e, mais uma vez, constato como somos vistas pelo “cordial” brasileiro. Outro tipo de pergunta que se costuma fazer, mas aí em lugares públicos: “Você trabalha na televisão?” ou “Você é artista?” E a gente sabe o que significa esse “trabalho” e essa “arte”.

9June E. Hahner, A mulher no Brasil , Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 120-121.

[10 Heleieth Saffioti, A mulher na sociedade de classe: mito e realidade, Petrópolis: Vozes, 1976, p. 165.](#)

11 Idem.

12 Caio Prado Junior, Formação do Brasil Contemporâneo , São Paulo: Editora Brasiliense, 1976, p. 342-343.

13 Sigmund Freud, Obras Completas , Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1967.

14 Que se leia o Jornal do Brasil de 28 de outubro de 1980, para se ter uma ideia de como se dá esse “esquecimento”. Trata-se de mais um caso de discriminação racial de uma mulher negra; no caso uma professora. Como a história resultou em morte, indo para a alçada judicial, o criminoso juntamente com seus “cúmplices” afirmam que a causa do crime não foi o seu racismo, mas a incompetência da professora.

15 Lélia Gonzalez, “O papel da mulher negra na sociedade brasileira”, mimeo, Spring Symposium the Political Economy of the Black World. Los Angeles, 10-12 mai 1979.

16 Em 1980, em Belford Roxo, uma mulher negra, de uns 27 anos, chamada Marli Pereira da Silva, em plena ditadura militar, resolvera enfrentar os grupos de extermínio para afirmar que seu irmão Paulo Pereira da Silva, de 19 anos, fora assassinado por policiais militares infiltrados nesses grupos. Sem temer as ameaças de morte, Marli esteve em delegacias e batalhões tentando reconhecer os assassinos de seu irmão. Uma fotografia dela nos jornais da época destaca a mulher pobre e negra olhando firme para a multidão de policiais perfilados no pátio do batalhão da Polícia Militar, em Nova Iguaçu, numa tentativa de reconhecer os assassinos.



17 “Caso Aézio”: um servente de pedreiro morreu torturado na cela de uma delegacia na Barra da Tijuca em 1979.

18 Caio Prado Junior, Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia) , São Paulo: Editora Brasiliense, 1976, p. 343.

19 Idem.

20 Jacques Lacan, O Seminário, Livro XI , Rio de Janeiro: Zahar Editore, 1979.

21 Lélia Gonzalez, op. cit.

22 Friedrich Ludwig Gottlob Frege (1948-1925) foi um matemático, e filósofo alemão, que atuou aproximando a filosofia e a matemática.

23 M. D. Magno, Améfrica Ladina: introdução a uma abertura , Rio de Janeiro: Colégio Freudiano do Rio de Janeiro, 1980.

24 O barato do Magno é chamar Macunaíma de Máquina-íman, o erói sem H. Sacaram?

25 Que se atente para o fato da permanência de Zumbi no imaginário popular

nordestino como aquele que faz as crianças levadas se comportarem melhor. “Se você não ficar quieto, Zumbi vem te pegá”. Por aí, a gente lembra não só o temor que os senhores de engenho tinham em face de um ataque surpresa do grande general negro, assim como a fala das mães que, referindo-se ao pai que vai chegar, ameaçam os filhos de lhe contar (ao pai) as suas molecagens. Que se atente também para a força simbólica de Zumbi como significante que cutuca a consciência negra do seu despertar. Não é por acaso que o 20 de novembro, dia de sua morte em 1695, é considerado o Dia Nacional da Consciência Negra e que nada tem a ver com o 13 de maio. Esse deslocamento de datas (do 13 de maio para o 20 de novembro) não deixa de ser um modo de assunção da paternidade de Zumbi e uma denúncia contra a falsa maternidade da Princesa Isabel. Afinal, a gente sabe que a mãe-preta é que é a mãe.

26 N.E.: Trata-se de Garrincha, jogador de futebol.

27 Basta olhar na tevê e sacar como as multinacionais transam bem os significantes que nos pegam “pelo pé”. A USTop tem um anúncio de jeans que só mostra o pessoal rebolando a bunda e isso sem falar na Sardinha 88, “a mais gostosa do Brasil”.

28 Um anúncio de bronzeador transmitido nos ônibus que trafegam na zona sul do Rio de Janeiro, reproduz um ato falho, uma mancada do discurso consciente, ao afirmar: “primeiro a cor, depois, o amor.” Bandeira, né?

29 M. D. Magno, op. cit.

**A mulher negra, elemento que expressa mais radicalmente a cristalização dessa estrutura de dominação, vem ocupando os mesmos espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão.**

**Beatriz Nascimento**

# **A mulher negra no mercado de trabalho**

**Beatriz Nascimento**

**PARA ENTENDER A SITUAÇÃO da mulher negra no mercado de trabalho, é necessário recuarmos no tempo, estabelecendo um pequeno histórico da sociedade brasileira no que concerne à sua estrutura. Da maneira como estava estruturada essa sociedade na época colonial, ela se estabeleceu de maneira extremamente hierarquizada, podendo-se conceituar como uma sociedade de castas, na qual os diversos grupos desempenhavam papéis rigidamente diferenciados.**

Em um dos polos desta hierarquia social encontramos o senhor de terras, que concentra em suas mãos o poder econômico e político; no outro, os escravos, a força de trabalho efetiva da sociedade. Entre estes dois pontos encontramos uma camada de homens e mulheres livres, vivendo em condições precárias. Por estar assim definida, a sociedade colonial se reveste de um caráter patriarcal que permeia toda sua estrutura, refletindo-se de maneira extrema sobre a mulher.

Devido ao caráter patriarcal e paternalista, atribui-se à mulher branca o papel de esposa e mãe, com a vida dedicada ao seu marido e filhos. Deste modo, seu papel é assinalado pelo ócio, mantendo-se amada, respeitada e idealizada naquilo que o ócio lhe representava como suporte ideológico de uma sociedade baseada na exploração do trabalho [e da pessoa] de uma grande camada da população.

Contrariamente à mulher branca, sua correspondente no outro polo, a mulher negra é considerada uma mulher essencialmente produtora, papel semelhante ao do homem negro, isto é, desempenha um papel ativo. Antes de mais nada, como

escrava, ela é uma trabalhadora, não apenas nos afazeres da casa-grande (atividade que não se limita a satisfazer as vontades de senhores, senhoras e seus filhos, mas como produtora de alimentos para a escravaria), como também no campo, desempenhando atividades subsidiárias do corte e do engenho. A sua capacidade produtiva, determinada pela condição de mulher, e, portanto, mãe em potencial de novos escravos, afirmava a sua função de reprodutora de nova mercadoria para o mercado de mão de obra interno. Assim, a mulher negra era também vista como uma fornecedora de mão de obra em potencial, concorrendo com o tráfico negreiro.

A observação anterior não quer afirmar que o crescimento vegetativo da população escrava no Brasil tenha sido positivo. Comparado aos Estados Unidos, o balanço entre natalidade e mortalidade dos crioulos no Brasil foi claramente desfavorável. Basta dizer que após o fim do tráfico negreiro nos Estados Unidos, em 1808, até a Guerra de Secessão (1861-1865), a população negra escrava norte-americana quase triplicou. Enquanto no Brasil, no mesmo período e com o tráfico em curso, o número de escravos não cresceu, ficando em torno de um milhão e meio. De qualquer forma, é importante chamar a atenção para essa “capacidade reprodutiva” da mulher negra, que a faz revestir de uma tradição como elemento produtor neste período da história do Brasil. Ela é, junto com o seu correspondente masculino, o suporte para a instituição escravocrata. Ressalte-se, entretanto, que, justamente por isso, recai sobre ela o peso da dominação senhorial.

A moderna sociedade brasileira apresenta maior dinamismo no que concerne à diversificação das atividades produtivas, efeito do processo de industrialização demarcado na década de 1930. Com a expansão industrial e do setor de serviços, a estratificação social, profundamente polarizada nos períodos anteriores, passou a apresentar maior flexibilidade e gradação. No entanto, esta maior flexibilidade manteve muito profundamente marcadas as diferenças de papéis atribuídos aos vários grupos da sociedade. Diversos fatores funcionam como causa para que se perpetuem estas diferenças. Um deles, como não poderia deixar de ser em uma sociedade constituída de diferentes grupos étnicos, é o fator racial.

Numa sociedade como a brasileira, em que a dinâmica do sistema econômico estabelece espaços na hierarquia de classes, existem alguns mecanismos para selecionar as pessoas que irão preenchê-los.

O critério racial constitui-se em um desses mecanismos de seleção, fazendo com que as pessoas negras sejam relegadas aos lugares mais baixos da hierarquia, resultado de patente discriminação. O efeito continuado da discriminação feita pelo branco tem também como consequência a internalização pelo grupo negro dos lugares inferiores que lhes são atribuídos. Assim, os negros ocupam de maneira contínua os mesmos lugares na hierarquia social, desobrigando-se a penetrar em espaços designados para os grupos de cor mais clara e perpetuando dialeticamente o processo de domínio social e privilégio racial.

A mulher negra, elemento que expressa mais radicalmente a cristalização dessa estrutura de dominação, vem ocupando os mesmos espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. Dessa maneira, a “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, grosso modo, não mudou muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos nas áreas urbanas, em menor grau na indústria de transformação, e que permaneça como trabalhadora nos espaços rurais. Podemos acrescentar, no entanto, ao exposto anteriormente que a estas sobrevivências ou resíduos do escravagismo se superpõem os mecanismos atuais de manutenção de privilégios por parte do grupo dominante. Mecanismos que são essencialmente ideológicos e que, ao se debruçarem sobre as condições objetivas da sociedade, têm efeitos discriminatórios. Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, é tanto devido ao fato de ser uma mulher de raça negra como por seus antepassados terem sido escravos.

Numa sociedade como a brasileira, em que elementos arcaicos convivem com o processo de modernização, a educação representa um fator de pressão dos grupos subordinados, visando a melhores condições de vida e ascensão social. Entretanto, justamente por causa da presença insistente desses elementos

arcaicos, os avanços educacionais são limitados e muito recentes, e ao mesmo tempo pouco eficientes, uma vez que a maior parte da população tem tido pouco acesso efetivo à educação. Entretanto, pesquisas recentes baseadas nos recenseamentos de 1940, 1950 e 1970 registram que a mulher branca conseguiu maior acesso ao curso superior, diminuindo proporcionalmente a desigualdade entre ela e o homem branco. A realidade não é a mesma quanto à população negra e mestiça, menos ainda em relação à mulher negra.

Como a educação é um requisito para o acesso às melhores condições na hierarquia de empregos, deduz-se que as populações de cor e as mulheres brancas não estariam capacitadas para assumir os empregos de maior status, tendo, conseqüentemente, maior remuneração. Nesse contexto, a mulher negra tem possibilidades menores que qualquer um outro grupo social. Aqui é preciso estabelecer uma comparação entre a mulher negra e a mulher branca. A partir de 1930, com a decadência das áreas rurais e a conseqüente ascensão das áreas urbanas, o processo de vida levado a efeito nestas últimas faz com que o poder econômico do homem, chefe de família, decaísse um pouco. Para manter o nível da renda familiar estável e empreender a sobrevivência, filhos e mulheres são obrigados a ingressar no mercado de trabalho. Por outro lado, um dado exógeno concorre para que esses grupos alijados anteriormente da hierarquia ocupacional se engajem no processo e no mercado de trabalho: a necessidade de mão de obra para a indústria e outros serviços requisitados nas cidades.

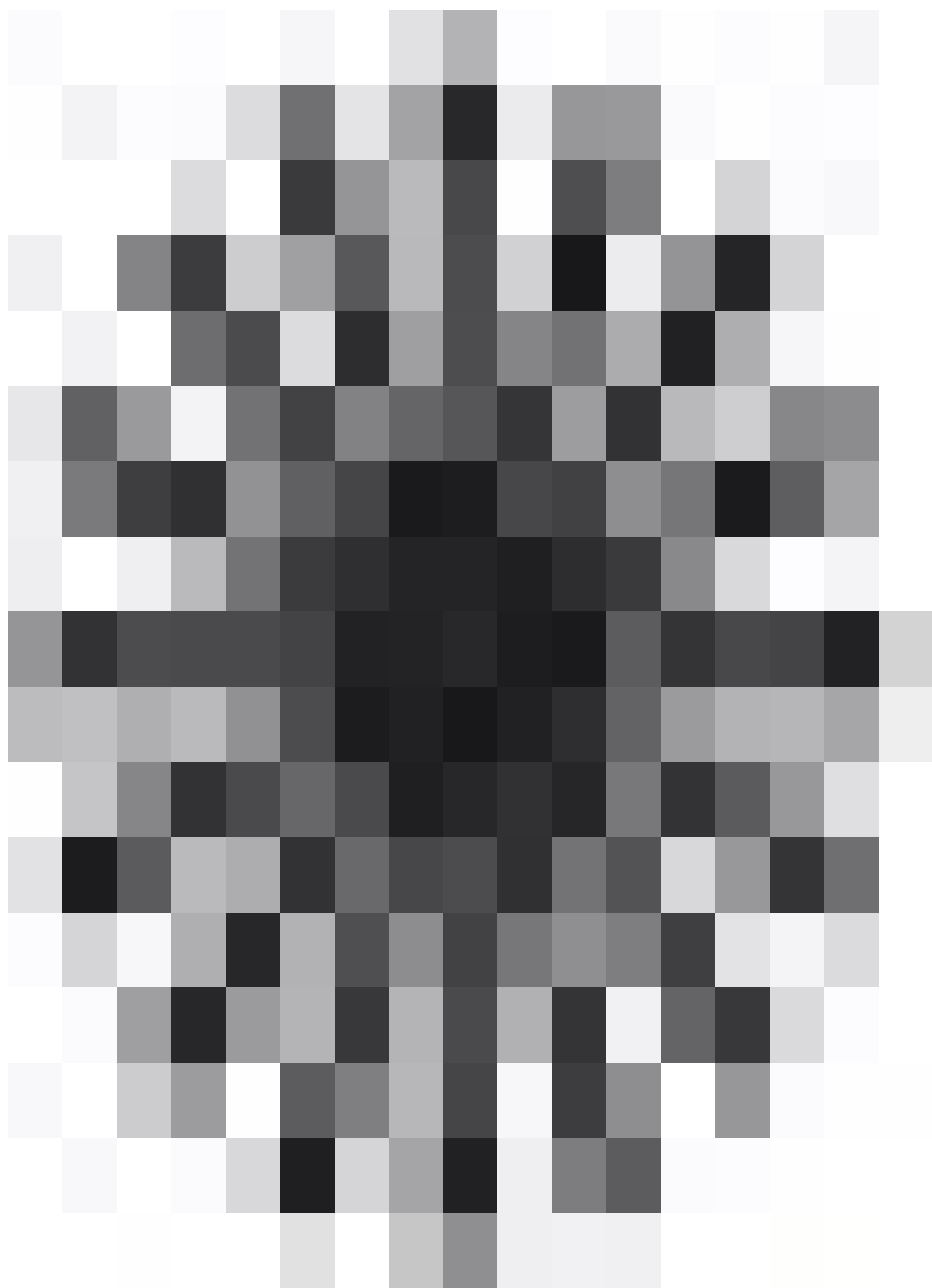
As populações de nível de renda mais baixo são as principais recrutadas. Deste modo, a mulher branca passa a fazer parte da força de trabalho e a ocupar lugares definidos como de “atividades femininas”, por pertencerem a um grupo subordinado. Nessa fase inicial de industrialização, com o declínio das indústrias tradicionais, principalmente a têxtil, a mulher branca se vê expulsa do setor industrial e passa a concentrar-se em empregos burocráticos de nível baixo que, embora mal remunerados, exigem certa qualificação educacional. Como consequência desse deslocamento, os homens de classe média ascendem a ocupações burocráticas de nível mais alto. O mesmo não ocorre com a mulher negra, e isso por dois motivos fundamentais: primeiro, porque a mulher negra ainda não teve acesso à educação suficiente, a fim de qualificar-se para estes tipos de empregos burocráticos. Segundo, porque esses empregos implicam

relações públicas ou relação com o público, como o comércio de mercadorias. Neste contexto, o critério racial se faz muito mais seletivo, mantendo a mulher negra nos empregos tradicionais ou, então, como operárias industriais.

Ao analisar a situação do mercado de trabalho no Brasil, vimos como a mulher negra se encontra na mais baixa posição da hierarquia social. No entanto, não é somente por meio desse contexto específico que se pode atestar a situação de subordinação em que vive a mulher negra no país. A condição feminina a conduziu a um tipo de dominação sexual por parte do homem desde os primórdios da colonização. A exploração sexual de que foi vítima por parte dos senhores – situação determinada principalmente pela moral cristã portuguesa que atribuía à mulher branca das classes mais altas o papel de esposa, dependente economicamente do homem, e limitada quando esposa, ao papel de procriadora, com a vida sexual restrita à maternidade – fez com que a liberação da função sexual masculina recaísse sobre a mulher negra ou mestiça.

Mecanismos ideológicos se encarregaram de perpetuar a legitimação da exploração sexual da mulher negra através do tempo. Com representações baseadas em estereótipos de que sua capacidade sexual sobrepuja a das demais mulheres, de que sua cor funciona como atrativo erótico, enfim, de que o fato de pertencer às classes pobres e a uma raça “primitiva” a faz menos oprimida sexualmente, tudo isso facilita a tarefa do homem em exercer sua dominação livre de qualquer censura, pois a moral dominante não se preocupa em estabelecer regras para aqueles carentes de poder econômico.





**ESTE TEXTO É UMA VERSÃO REVISADA DO ARTIGO  
ORIGINALMENTE PUBLICADO NO JORNAL ÚLTIMA HORA, RIO  
DE JANEIRO, 25 DE JULHO DE 1976, IN EU SOU ATLÂNTICA:  
SOBRE A TRAJETÓRIA DE VIDA DE BEATRIZ NASCIMENTO, ALEX  
RATTS (ORG.), SÃO PAULO: IMPRENSA OFICIAL/INSTITUTO  
KUANZA, 2006, P. 126-129.**

**Ao rejeitar a fantasia da submissão amorosa, pode surgir uma mulher preta participante, que não reproduz o comportamento masculino autoritário, já que se encontra no oposto deste, podendo, assim, assumir uma postura crítica, intermediando sua própria história e seu ethos.**

**Beatriz Nascimento**

# A mulher negra e o amor

**Beatriz Nascimento**

**PODE PARECER ESTRANHO que tenhamos escolhido a condição amorosa e não sexual para nos referir ao estado de ser mulher e preta no meu país. A escolha do tema funda-se em histórias de vida e na observação de aspectos da afetividade da mulher diante da complexidade das ligações heterossexuais.**

Atualmente, a temática da sexualidade nas relações homem e mulher é cada vez mais pensada do ponto de vista político ou sociológico. Ou seja, perpassa na discussão a questão do poder: o status dominante do elemento masculino em detrimento do outro elemento, o feminino. Recorre-se a explicações econômicas, sociais e políticas, enfatizando o papel do trabalho, visto como fator de resolução da desigualdade ou propulsor de um igualitarismo entre os dois sexos.

Em princípio, a retórica política do mundo moderno está calcada no liberalismo do Iluminismo europeu no século XVIII. Persegue-se o ideal de igualdade entre os agentes sociais das sociedades humanas. Fruto da reflexão na economia, que invadiu a filosofia e privilegiou o indivíduo mais que o grupo, o Iluminismo adiciona a todo universo da humanidade a noção masculina e sobredeterminada do produtor, que tem como recompensa do seu esforço o privilégio de ser o chefe. Foi forjada no Ocidente uma sociedade de homens que identificava não apenas o gênero masculino, mas a espécie no seu todo. Essa perspectiva possuía um devir utópico, previa-se um mundo sem diferenças. Entretanto, ao contrário do pensamento iluminista, processava-se naquele momento, por meio da máquina colonialista, a anexação de sociedades e culturas com extremas diferenças de ordem política, social e individual em relação à sociedade

européia.

Essa contradição histórica no terreno das ideias e do real impunha o poder da razão, no seu interior. Para exemplificar a mecânica dessa ideologia na prática do pensamento ocidental em que a afirmação corresponde à negação, reflitamos sobre esta frase de Martinho Lutero no século XVIII: “a razão é uma mulher astuta”. Poderíamos contrapor: logo, é preciso que seja aprisionada pelo homem e expressada pelo atributo masculino, só assim pode ser dominante.

De acordo com esse pensamento, a mulher seria um homem, embora não sendo total. Seria ciclicamente homem, conforme seu próprio ciclo natural (puberdade e maternidade). Fora desses estados, sua capacidade de trabalho estaria a reboque da necessidade do desenvolvimento econômico (mão de obra anexada ou excludente de acordo com as variações da economia). Fora desses espaços, ou mesmo aí, ela não o é. Será a razão fora de lugar ou exercerá sua razão fora do campo produtivo.

Vai recobrir a mulher a moral totalizadora, seja como agente ou como submetida. Vai se revestir de fantasias, de sonhos, de utopia, de eroticidade não satisfeita e estagnada pela condição específica da sua arquitetura física e psicossocial.

Dentro desse arcabouço, qualquer expressão feminina é revestida pela instituição moral. Representa em si a desigualdade caracterizada pelos conflitos entre submissão x dominação; atividade x passividades, infantilização x maturação. A contrapartida a esse estado de coisas coloca a mulher num papel desviante do processo social, em que a violência é a negação de sua autoestima.

A mulher negra, na sua luta diária durante e após a escravidão no Brasil, foi contemplada como mão de obra na maioria das vezes não qualificada. Num país em que somente nas últimas décadas do século XX, o trabalho passou a ter o

significado dignificante – o que não acontecia antes, devido ao estigma da escravidão – reproduz-se na mulher negra “um destino histórico”. É ela quem desempenha, majoritariamente, os serviços domésticos, os serviços em empresas públicas e privadas recompensadas por baixíssimas remunerações. São de fato empregos cujas relações de trabalho evocam a mesma dinâmica da escravocracia.

A profunda desvantagem em que se encontra a maioria da população feminina repercute nas suas relações com o outro sexo, uma vez que não há a noção de paridade sexual entre ela e os elementos do sexo masculino. Essas relações são marcadas mais por um desejo amoroso de repartir afeto, assim como repartir o recurso material. Nas camadas mais baixas da população, cabe à mulher negra o verdadeiro eixo econômico onde gira a família. Essa família, grosso modo, não obedece aos padrões patriarcais, muito menos aos padrões modernos de constituição nuclear. São da família todos aqueles (filhos, maridos, parentes) que vivem as dificuldades da extrema pobreza.

Quanto ao homem negro, geralmente despreparado profissionalmente por força de contingências históricas e raciais, ele tem na mulher negra economicamente ativa um meio de sobrevivência, já que à mulher se impõe, como sabemos, dupla jornada: o trabalho e o lar.

Entretanto, nem toda mulher negra está nessa condição. Quando ela escapa para outras formas de trabalho, dirige-se ou para profissões que requerem educação formal ou para a arte (como a dança). Nesses papéis, elas se tornam verdadeiras exceções sociais. Mesmo nesse cenário, continua com o papel de mantenedora, na medida em que, numa família preta, são poucos os indivíduos a cruzar a barreira da ascensão social. Quando o fazem, variadas gamas de discriminação racial dificultam os encontros da mulher preta, seja com homens pretos ou de outras etnias.

Por exemplo, uma mulher preta que, no mundo atual, atinge determinado padrão

social, requer cada vez mais relações de parceria, o que pode recrudesce as discriminações a essa mulher específica. Pois uma sociedade organicamente calcada no individualismo tende a massificar e serializar as pessoas, distanciando o discriminado das fontes de desejo e prazer. A parceria, elemento de complementação em todas as relações, também as materiais, é obstruída e restringida na relação amorosa da mulher.

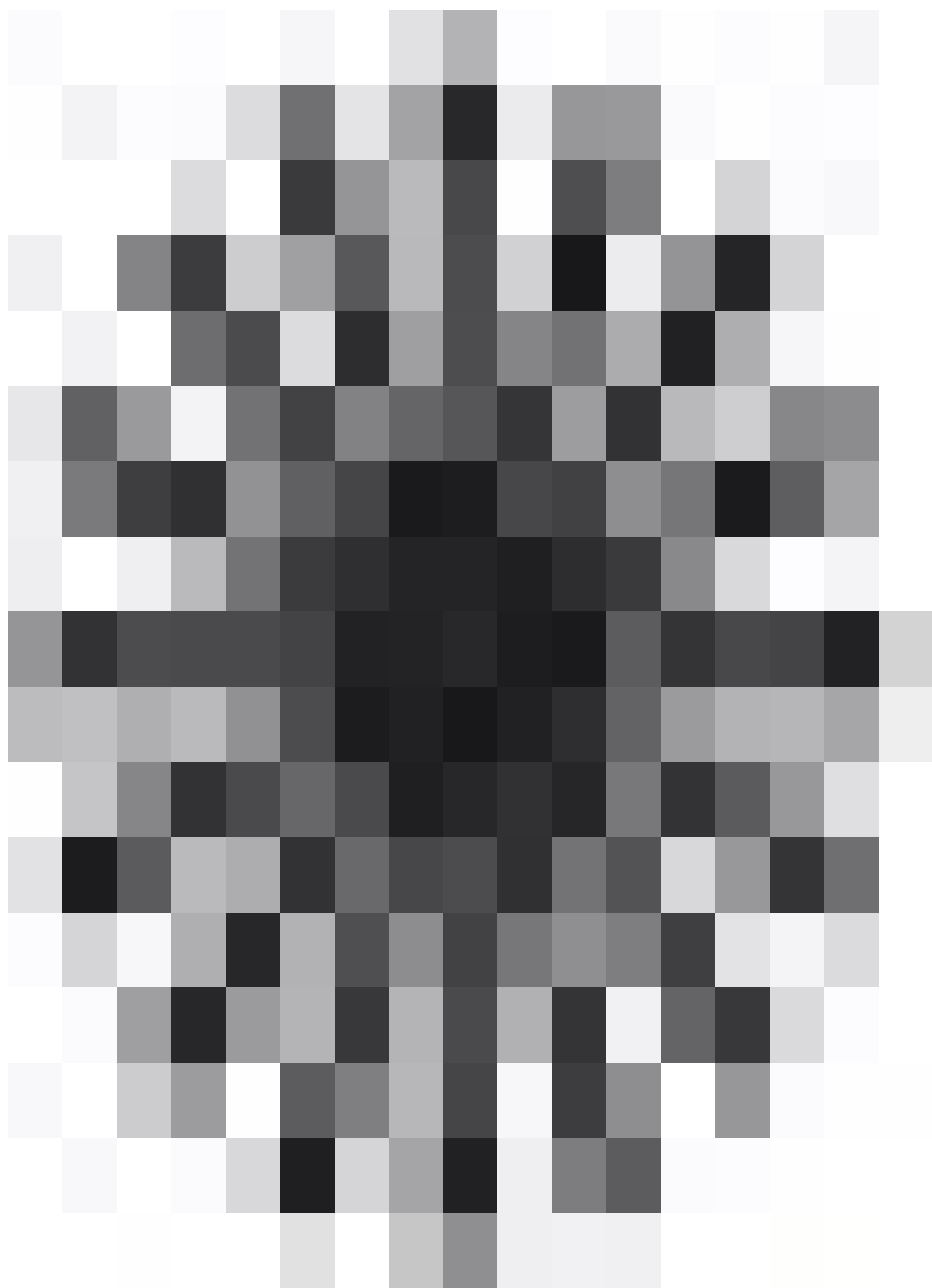
Quanto mais a mulher negra se especializa profissionalmente em uma sociedade desse tipo, mais é levada a individualizar-se. Sua rede de relações também se especializa. Sua construção psíquica, forjada no embate entre sua individualidade e a pressão da discriminação racial, muitas vezes surge como impedimento à atração do outro, na medida em que este, habituado aos padrões formais de relação dual, teme a potência inesperada dessa mulher. Também ela, por sua vez, acaba por rejeitar esses outros homens, pois não aceitará uma proposta de dominação unilateral.

Desse modo, ou permanece solitária ou liga-se a alternativas em que os laços de dominação podem ser afrouxados. Convivendo em uma sociedade plurirracial, que privilegia padrões estéticos femininos como aqueles cujo ideal é de um maior grau de embranquecimento (desde a mulher mestiça até a branca), seu trânsito afetivo é extremamente limitado. Há poucas chances para essa mulher numa estrutura em que a atração sexual está impregnada de modelos raciais e é ela representante da etnia mais submetida. A escolha dos homens passa pela crença de que ela seja mais erótica ou mais ardente sexualmente que as demais, crenças relacionadas às características de seu físico, muitas vezes exuberantes. Entretanto, quando se trata de um relacionamento institucional, a discriminação étnica funciona como um impedimento, mais reforçado à medida que essa mulher alça uma posição de destaque social.

No contexto em que se encontra, cabe a essa mulher a desmistificação do conceito de amor, transformando este em dinamizador cultural e social (com o envolvimento na atividade política, por exemplo), buscando mais a paridade entre os sexos do que a “igualdade iluminista”. Ao rejeitar a fantasia da

submissão amorosa, pode surgir uma mulher preta participante, que não reproduz o comportamento masculino autoritário, já que se encontra no oposto deste, podendo, assim, assumir uma postura crítica, intermediando sua própria história e seu ethos. Assim, caberia a ela levantar a proposta de parceria nas relações sexuais, o que, por fim, se replicaria nas relações sociais mais amplas.





**ESTE TEXTO É UMA VERSÃO REVISADA DO ARTIGO PUBLICADO ORIGINALMENTE NO JORNAL MAIORIA FALANTE, Nº 17, FEV/MAR 1990, P. 3, IN EU SOU ATLÂNTICA: SOBRE A TRAJETÓRIA DE VIDA DE BEATRIZ NASCIMENTO, ALEX RATTI (ORG.), SÃO PAULO: IMPRENSA OFICIAL/INSTITUTO KUANZA, 2006, P. 102-105.**

**Pensar a contribuição do feminismo negro na luta antirracista é trazer à tona as implicações do racismo e do sexismo que condenaram as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização sociais.**

**Sueli Carneiro**

# **Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro**

**Sueli Carneiro**

**O MOVIMENTO DE MULHERES DO BRASIL é um dos mais respeitados do mundo e referência fundamental em certos temas do interesse das mulheres no plano internacional. É também um dos movimentos com melhor performance entre as mobilizações sociais do país. Fato que ilustra a sua potência foram os encaminhamentos da Constituição de 1988, que contemplou cerca de 80% das suas propostas, o que mudou radicalmente o status jurídico das mulheres no Brasil. A Constituição de 1988, entre outros feitos, destituiu o pátrio poder.**

Esse movimento destaca-se, ainda, pelas decisivas contribuições no processo de democratização do Estado produzindo, também, inovações importantes no campo das políticas públicas. Chama atenção, nesse cenário, a criação dos Conselhos da Condição Feminina – órgãos voltados para o desenho de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero e combate à discriminação contra as mulheres. A luta contra a violência doméstica e sexual estabeleceu uma mudança de paradigma em relação às questões do público e do privado. A violência doméstica tida como algo da dimensão do privado alcança a esfera pública e torna-se objeto de políticas específicas. Esse deslocamento levou a administração pública a criar novos organismos, como as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (Deams), os abrigos institucionais para a proteção de mulheres em situação de violência, e a atender outras necessidades para a efetivação de políticas públicas voltadas para as mulheres, a exemplo do treinamento de profissionais da segurança pública para lidar com as situações de violência contra a mulher, entre outras iniciativas. De acordo com Mireya Suarez e Lourdes Maria Bandeira:

Apesar de suas imperfeições, as Deams são instituições governamentais resultantes da constituição de um espaço público, onde se articulou o discurso relativo aos direitos das mulheres de receberem um tratamento equitativo quando se encontram em situações de violências denunciadas. Diferentemente das outras delegacias, as Deams evitam empregar métodos de condutas violentas, promovendo a negociação das partes em conflito. A grande particularidade dessas instituições policiais é admitirem a mediação como um recurso eficaz e legítimo. Nesse sentido, não é demais lembrar que a prática da mediação é crescentemente considerada um recurso valioso na administração dos conflitos interpessoais, na medida em que diminui o risco de os conflitos administrados terem desdobramentos violentos.<sup>1</sup>

No campo da sexualidade, “a luta das mulheres para terem autonomia sobre os seus próprios corpos, pelo exercício prazeroso da sexualidade, para poderem decidir sobre quando ter ou não filhos, resultou na conquista de novos direitos para toda a humanidade: os direitos sexuais e reprodutivos.”<sup>2</sup>

A desigualdade sofrida pelas mulheres em relação ao acesso ao poder foi enfrentada por diversas campanhas das quais resultaram a aprovação de projeto de lei, de iniciativa da então deputada Marta Suplicy, de reserva de 20% das legendas dos partidos para as candidatas mulheres.

Embora as desigualdades salariais significativas entre homens e mulheres que ocupam as mesmas funções permaneçam, é inegável que a crítica feminista sobre as desigualdades no mercado de trabalho teve papel importante na intensa diversificação, em termos ocupacionais, experimentada pelas mulheres nas últimas três décadas. Um dos orgulhos do movimento feminista brasileiro é o fato de, desde o seu início, estar identificado com as lutas populares e com as lutas pela democratização do país.

São memoráveis, para as feministas, o protagonismo que tiveram nas lutas pela anistia, por creche (uma necessidade precípua das mulheres de classes populares), na luta pela descriminalização do aborto que penaliza, inegavelmente, as mulheres de baixa renda, que o fazem em condições de precariedade e determinam em grande parte os índices de mortalidade materna existentes no país; entre outras ações.

Porém, em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão, além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade.

As denúncias sobre essa dimensão da problemática da mulher na sociedade brasileira, que é o silêncio sobre outras formas de opressão que não somente o sexismo, vêm exigindo a reelaboração do discurso e das práticas políticas do feminismo. E o elemento determinante nessa alteração de perspectiva é o emergente movimento de mulheres negras sobre o ideário e a prática política feminista no Brasil.

## **ENEGRECENDO O FEMINISMO**

*Enegrecendo o feminismo é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas, pôde-se compor uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as*

*desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre; delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta antirracista no Brasil.*

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição leva esses sujeitos a assumir, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, na essência, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades. Isso é o que determina o fato de o combate ao racismo ser uma prioridade política para as mulheres negras, assertiva já enfatizada por Lélia Gonzalez, “a tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo, pelo racial.”<sup>3</sup>

*A fortiori, essa necessidade premente de articular o racismo às questões mais amplas das mulheres encontra guarida histórica, uma vez que a “variável” racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca à identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras) como a masculinidades subalternizadas (dos homens negros) com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas).*

Em face dessa dupla subvalorização, é válida a afirmação de que o racismo rebaixa o status dos gêneros. Ao fazê-lo, institui como primeiro degrau de equalização social a igualdade intragênero, tendo como parâmetro os padrões de realização social alcançados pelos gêneros racialmente dominantes. Por isso, para as mulheres negras atingirem os mesmos níveis de desigualdades existentes entre homens e mulheres brancos significaria experimentar uma extraordinária

mobilidade social, uma vez que os homens negros, na maioria dos indicadores sociais, encontram-se abaixo das mulheres brancas. Nesse sentido, racismo também superlativa os gêneros por meio de privilégios que advêm da exploração e exclusão dos gêneros subalternos. Institui para os gêneros hegemônicos padrões que seriam inalcançáveis numa competição igualitária. A recorrência abusiva, a inflação de mulheres loiras ou a "loirização" na televisão brasileira, é um exemplo dessa disparidade.

A diversificação das concepções e práticas políticas que a ótica das mulheres dos grupos subalternizados introduz no feminismo é resultado de um processo dialético que, se, de um lado, promove a afirmação das mulheres em geral como novos sujeitos políticos: de outro, exige o reconhecimento da diversidade e desigualdades existentes entre essas mesmas mulheres.

Lélia Gonzalez faz sínteses preciosas que balizam a discussão: a primeira delas diz respeito às contradições que historicamente marcaram a trajetória das mulheres negras no interior do Movimento Feminista Brasileiro, e a segunda refere-se à crítica fundamental que a ação política das mulheres negras introduziu no feminismo e que vem alterando significativamente suas percepções, comportamentos e instituições sociais. De acordo com ela, as concepções do feminismo brasileiro:

padeciam de duas dificuldades para as mulheres negras: de um lado, o viés eurocentrista do feminismo brasileiro, ao omitir a centralidade da questão de raça nas hierarquias de gênero presentes na sociedade, e ao universalizar os valores de uma cultura particular (a ocidental) para o conjunto das mulheres, sem as mediações que os processos de dominação, violência e exploração que estão na base da interação entre brancos e não-brancos, constituísse em mais um eixo articulador do mito da democracia racial e do ideal de branqueamento. Por outro lado, também revela um distanciamento da realidade vivida pela mulher negra ao negar toda uma história feita de resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral – que nada tem a ver com o eurocentrismo desse tipo de feminismo.<sup>4</sup>



A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil. O mesmo se pode dizer em relação à solidariedade de gênero intragrupo racial, que conduziu as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se instituisse como elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda dos movimentos negros brasileiros.

Essas avaliações vêm promovendo o engajamento das mulheres negras nas lutas gerais dos movimentos populares e nas empreendidas pelos movimentos negros e movimentos de mulheres nos planos nacional e internacional, buscando assegurar neles a agenda específica das mulheres negras. Tal processo vem resultando, desde meados da década de 1980, na criação de diversas organizações de mulheres negras que hoje se espalham em nível nacional; na criação de fóruns específicos de discussões programáticas e instâncias nacionais organizativas das mulheres negras no país, a partir dos quais os temas fundamentais da agenda feminista são perscrutados pelas mulheres negras à luz do efeito do racismo e da discriminação racial. Nesse sentido, apontamos a seguir os principais vetores que nortearam as propostas do movimento, o que resultou em mudanças efetivas na ótica feminista.

## **MERCADO DE TRABALHO**

É sobejamente conhecida a distância que separa negros e brancos no país no que diz respeito à posição ocupacional. O movimento de mulheres negras vem pondo em relevo essa distância, que assume proporções ainda maiores quando o tópico de gênero e raça é levado em consideração.

Nesse sentido, é fundamental apontar os ganhos obtidos pela luta feminista no mercado de trabalho. Malgrado se constituírem em grandes avanços, não conseguiram, no entanto, dirimir as desigualdades raciais que obstaculizam maiores avanços para as mulheres negras nessa esfera. Sendo assim, as propostas universalistas da luta das mulheres não só mostram a sua fragilidade, como a impossibilidade de as reivindicações que daí advêm, tornarem-se viáveis para enfrentar as especificidades do racismo brasileiro.

Em relação às mudanças na estrutura ocupacional do país, Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva afirmavam, na década de 1980, que

Em definitivo, as mulheres não só tendem a conseguir uma melhor distribuição na estrutura ocupacional, como também abandonam os setores de atividade que absorvem a força de trabalho mais qualificada e pior remunerada, para ingressar em proporções crescentes na indústria e nos serviços modernos. As tendências observadas permitem sugerir, de maneira provisória, a possibilidade de uma diferenciação dos mercados de trabalho para as mulheres: enquanto as mulheres oriundas das classes populares, com baixos níveis de escolaridade, tendem a concentrar-se na prestação de serviços e nos empregos ligados à produção na indústria, as mulheres de classe média, dotadas de níveis mais elevados de educação formal, dirigem-se para os serviços de produção e de consumo coletivo.<sup>5</sup>

Em outros estudos, como o de Márcia Lima sobre Trajetória educacional e realização socioeconômica das mulheres negras, torna-se evidente que o fato de 48% das mulheres pretas (...) estarem no serviço doméstico é sinal de que a expansão do mercado de trabalho para essas mulheres não significou ganhos significativos. E quando esta barreira social é rompida, ou seja, quando as mulheres negras conseguem investir em educação numa tentativa de mobilidade social, elas se dirigem para empregos com menores rendimentos e menos reconhecidos no mercado de trabalho.<sup>6</sup>

Os diferentes retornos auferidos pelas mulheres de uma luta que se pretendia universalizante tornava insustentável o não reconhecimento do peso do racismo e da discriminação racial nos processos de seleção e alocação da mão de obra feminina, posto que as desigualdades se mantêm mesmo quando controladas as condições educacionais. Em síntese, o quesito “boa aparência”, um eufemismo sistematicamente denunciado pelas mulheres negras como forma sutil de barrar as aspirações dos negros, em geral, e das mulheres negras, em particular, revelava em números, no mercado de trabalho, todo o seu potencial discricionário.

A questão política que decorre dessa realidade será a exigência de que o combate ao racismo, à discriminação racial e aos privilégios que ele institui para as mulheres brancas seja tomado como elemento estrutural do ideário feminista; um imperativo ético e político que reflita os anseios coletivos da luta feminista de representar as necessidades e os interesses do conjunto de mulheres.

No entanto, se é crescente no âmbito do movimento feminista brasileiro a compreensão da imperiosidade do combate às desigualdades raciais de que padecem as mulheres negras no mercado de trabalho, permanece no senso comum, e mesmo na percepção de importantes formadores de opinião, as visões consagradas pelo mito da democracia racial, tal como demonstrado no artigo da juíza federal Mônica Sifuentes, “Direito e justiça”, publicado no jornal Correio Braziliense, de 18 de fevereiro de 2002. Na oportunidade, a juíza argumenta contra a adoção das políticas de cotas para negros. Peremptoriamente, ela diz:

(...) para nós mulheres não houve necessidade de se estipular quotas. Bastou a concorrência em igualdade de condições com os homens para que hoje fôssemos maioria em todos os cursos universitários do país.

Em resposta a esse artigo, reagimos ao nobre pronome utilizado pela juíza, com o artigo “Nós?”, publicado no mesmo jornal em 22 de fevereiro de 2002, no qual fazíamos os seguintes questionamentos:

O argumento da juíza não leva em conta o fato de os homens entrarem mais cedo do que as mulheres no mercado de trabalho com prejuízos para a sua permanência no sistema educacional e que, apesar disso, os estudos recentes sobre a mulher no mercado de trabalho revelam que elas precisam de uma vantagem de cinco anos de escolaridade para alcançar a mesma probabilidade que os homens têm de obter um emprego no setor formal. Para as mulheres negras alcançarem os mesmos padrões salariais das mulheres brancas com quatro a sete anos de estudos, elas precisam de mais quatro anos de instrução, ou seja, de oito a onze anos de estudos. Essa é a igualdade de gênero e de raça instituída no mercado de trabalho e o retorno que as mulheres, sobretudo as negras, têm do seu esforço educacional.<sup>7</sup>

## **VIOLÊNCIA: OS OUTROS ASPECTOS DA QUESTÃO**

Em relação ao tópico da violência, as mulheres negras realçaram outra dimensão do problema. Tem-se reiterado que, para além da problemática da violência doméstica e sexual que atingem as mulheres de todos os grupos raciais e classes sociais, há uma forma específica de violência que constrange o direito à imagem ou a uma representação positiva, limita as possibilidades de encontro no mercado afetivo, inibe ou compromete o pleno exercício da sexualidade pelo peso dos estigmas seculares, cerceia o acesso ao trabalho, arrefece as aspirações e rebaixa a autoestima.

Esses são os efeitos da hegemonia da “branquitude” no imaginário social e nas relações sociais concretas. Trata-se de uma violência invisível que contrai saldos negativos para a subjetividade das mulheres negras, resvalando na afetividade e na sexualidade destas. Tal dimensão da violência racial e as particularidades que ela assume em relação às mulheres dos grupos raciais não hegemônicos vêm despertando análises cuidadosas e recriação de práticas que se mostram capazes de construir outros referenciais. A historiadora e cineasta negra Beatriz Nascimento, em seu belo artigo “A mulher negra e o amor”, salienta que:

Convivendo em uma sociedade plurirracial, que privilegia padrões estéticos femininos como ideal de um maior grau de embranquecimento (desde a mulher mestiça até à branca), seu trânsito afetivo é extremamente limitado. Há poucas chances para ela numa sociedade em que a atração sexual está impregnada de modelos raciais, sendo ela representante da etnia mais submetida. Sua escolha por parte do homem passa pela crença de que seja mais erótica ou mais ardente sexualmente do que as demais, crença relacionada às características do seu físico, muitas vezes exuberante. Entretanto, quando se trata de um relacionamento institucional, a discriminação étnica funciona como um impedimento, mais reforçado à medida que essa mulher alça uma posição de destaque social [...] No contexto em que se encontra, cabe a essa mulher a desmistificação do conceito de amor, transformando este em dinamizador cultural e social (envolvimento na atividade política, por exemplo), buscando mais a paridade entre os sexos do que a “igualdade iluminista”. Rejeitando a fantasia da submissão amorosa, pode surgir uma mulher preta participante, que não reproduza o comportamento masculino autoritário, já que se encontra no oposto deste, podendo, assim, assumir uma postura crítica, intermediando sua própria história e seus ethos. Levantaria ela a proposta de parcerias nas relações sexuais que, por fim, se distribuiria nas relações sociais mais amplas.<sup>8</sup>

A médica negra Regina Nogueira, em seu artigo “Mulher negra e obesidade”, questiona a tirania estética que o padrão branco hegemônico impõe a todas as mulheres não brancas e advoga um novo direito: “A mulher negra deve exigir que sua imagem represente toda a diversidade de seus valores culturais.”<sup>9</sup>

## **SAÚDE**

Entre as contribuições do feminismo negro, ocupa lugar privilegiado a incorporação da temática da saúde e dos direitos reprodutivos na agenda da luta antirracista e o reconhecimento das diferenças étnicas e raciais nessa temática.

Nessa perspectiva, a luta pela inclusão do quesito cor, sobretudo nos sistemas de classificação da população, tem se constituído um desafio permanente e objeto da ação política de aguerridas ativistas para as quais, como afirma a médica negra Fátima Oliveira:

(...) a compreensão da dimensão das diferenças e diferenciais raciais/étnicos, da opressão de gênero e do racismo na manutenção, recuperação e perda da saúde em sociedade classista. As controvérsias são tantas e tamanhas que o quesito cor – a identificação racial – é um problema/desafio nos meios científicos, entre profissionais, serviços, formuladores e implementadores das políticas de saúde. (...) Os argumentos a favor e contra o preenchimento da cor das pessoas são inúmeros. As acusações de posturas racistas partem de ambos os lados. Quando o item existe nos formulários, a negligência no seu preenchimento é regra. Mesmo quando preenchido por autodeclaração ou por observação do(a) profissional, não se sabe muito bem nem para que serve e nem o que fazer com ele. Em geral, os serviços não o consideram um dado epidemiológico essencial.<sup>10</sup>

A esterilização ocupou lugar privilegiado durante anos na agenda política das mulheres negras que produziram campanhas contra esta prática em função dos altos índices que o fenômeno adquiriu no Brasil, fundamentalmente entre mulheres de baixa renda (a maioria das mulheres que são esterilizadas o fazem porque não encontra no sistema de saúde a oferta e a diversidade dos métodos contraceptivos reversíveis que lhes permitiriam não ter de fazer a opção radical de não poder mais ter filhos). Esse tema foi, também, objeto de proposições legislativas, numa parceria entre parlamentares e ativistas feministas que culminou no projeto de Lei nº 209/91, que regulamentou o uso da esterilização.

Outro tema de relevância na luta das mulheres negras na área da saúde é a implantação de um programa de atenção à anemia falciforme, que consiste “numa anemia hereditária e constitui a doença genética mais comum da população negra”.

No Brasil, trata-se de “uma questão de saúde pública”,<sup>11</sup> e as ações por políticas públicas para a atenção aos portadores dessa doença de ativistas negras e outros atores da área da saúde resultaram no Programa de Anemia Falciforme do Ministério da Saúde (PAF-MS).

Apesar da importante conquista que o PAF representa para o enfrentamento da anemia falciforme, somente no estado de Minas Gerais esse programa foi adotado integralmente, havendo ainda iniciativas esparsas em alguns municípios de outros estados do país. A doença atinge, segundo as estimativas, cerca de 10% da população brasileira, notadamente negros ou seus descendentes.

Uma nova área de pesquisa e intervenção política – a da bioética – é desenvolvida quase que solitariamente por Fátima de Oliveira numa perspectiva feminista e antirracista, cujas preocupações fundamentais são:

as interfaces dos novos saberes das biociências, em particular da genética, sobretudo os oriundos dos megaprojetos da genética humana (Projeto Genoma Humano – PGH e Projeto da Diversidade do Genoma Humano – PDGH) e a utilização distorcidas deles pelas teorias racistas.<sup>12</sup>

Oliveira aponta os riscos de desenvolvimento de práticas eugenistas nas pesquisas com seres humanos. E, sobretudo, convoca feministas e antirracistas para atuarem nos fóruns em que esses temas são tratados, pois considera que:

Na atualidade, bioeticistas e fóruns de bioética, majoritariamente masculinos e brancos, são os setores da sociedade que adquiriram legitimidade, no mundo, perante legisladores e governos. Movimentos sociais com tradição de luta como o feminista, o antirracista e da juventude ainda estão fora dos debates e das

decisões na área de bioética. O que é preocupante, pois a bioética aborda assuntos que dizem respeito à toda a sociedade, tais como: os temas dos direitos reprodutivos (concepção, contracepção, esterilização, aborto, infertilidade e Novas Tecnologias Reprodutivas Conceptivas (NTRc), saúde pública, sexualidade, doentes terminais, eutanásia e manipulação genética.<sup>13</sup>

## **MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

Os meios de comunicação vêm se constituindo em um espaço de interferência e agendamento de políticas do movimento de mulheres negras, pois a naturalização do racismo e do sexismo na mídia reproduz e cristaliza, sistematicamente, estereótipos e estigmas que prejudicam, em larga escala, a afirmação de identidade racial e o valor social desse grupo. Segundo Antonia Quintão,

a exclusão simbólica, a não representação ou distorções da imagem da mulher negra nos meios de comunicação são formas de violência tão dolorosas, cruéis e prejudiciais que poderiam ser tratadas no âmbito dos direitos humanos.<sup>14</sup>

Se partimos do entendimento de que os meios de comunicação não apenas repassam as representações sociais sedimentadas no imaginário social, mas também se instituem como agentes que operam, constroem e reconstroem no interior da sua lógica de produção os sistemas de representação, concluiremos que eles ocupam posição central na cristalização de imagens e sentidos sobre a mulher negra. Muito tem se falado a respeito das implicações dessas imagens e dos mecanismos capazes de promover deslocamentos para a afirmação positiva desse segmento.

A presença minoritária de mulheres negras nas mídias, bem como a fixação



dessa presença em categorias específicas (a mulata, a empregada doméstica) foi um dos assuntos mais explorados nesse aspecto.

A despeito de algumas mudanças, pois presenciamos gradativamente a presença de mulheres negras em espaços outros que não somente os de subserviência, consideramos que mudanças radicais ainda precisam ser efetivadas (temos, atualmente, uma apresentadora negra no Fantástico [Glória Maria], exibido pela TV Globo; as novelas passam a contar com personagens que ocupam posições de certo prestígio e destaque). De acordo com os produtores dos meios, essa mudança reflete, igualmente, mudanças radicais na situação da mulher negra brasileira, que deixou de ocupar apenas posições subalternas. Embora proceda sob certos aspectos, consideramos que essa afirmativa possui uma conotação capciosa e perversa, que encobre as manobras de padrão já estabelecidas pela mídia e que são encobertas por uma possível correlação com a realidade. Esperamos que a mulher negra seja representada levando-se em conta o espectro de funções e as habilidades que ela pode exercer, mesmo em condições econômicas adversas.

Nesse sentido, segundo Nilza Iraci,<sup>15</sup> são ainda grandes os desafios na área dos meios de comunicação e da imagem em prol da construção de um novo imaginário da mulher negra nesse espaço e, por extensão, nas instâncias de decisão política e na sociedade. Existe uma consciência crescente entre as mulheres negras de que os processos relacionados à globalização e à nova ordem mundial requerem novas formas de ação e, nesse sentido, tratar a comunicação como um nexo de empoderamento tem sido fundamental para garantir-lhes uma representação positiva, bem como a visibilidade do processo de mobilização e de lutas.

As mulheres negras vêm atuando para não apenas mudar a lógica de representação dos meios de comunicação de massa, como também capacitar suas lideranças para o trato com as novas tecnologias de informação, pois a falta de poder dos grupos historicamente marginalizados para controlar e construir sua própria representação possibilita a crescente veiculação de estereótipos e

distorções pelas mídias, eletrônicas ou impressas.

## **NOVAS UTOPIAS E AS NOVAS AGENDAS FEMINISTAS**

A consequência do crescente protagonismo das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro pode ser percebido na significativa mudança de perspectiva que a nova Plataforma Política Feminista adota. Essa Plataforma, proveniente da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras realizada em 6 e 7 de junho de 2002, em Brasília, reposiciona a luta feminista no Brasil nesse novo milênio, sendo gestada (como é da natureza feminina) coletivamente por mulheres negras, indígenas, brancas, lésbicas, nortistas, nordestinas, urbanas, rurais, sindicalizadas, quilombolas, jovens, de terceira idade, portadoras de necessidades especiais, de diferentes vinculações religiosas e partidárias... que se detiveram criticamente nas questões mais candentes da conjuntura nacional e internacional, nos obstáculos contemporâneos persistentes para a realização da igualdade de gênero e nos desafios e mecanismos para a sua superação, tendo os seguintes princípios como orientadores das análises e propostas:

- reconhecer a autonomia e a autodeterminação dos movimentos sociais de mulheres;
- comprometer-se com a crítica ao modelo neoliberal injusto, predatório e insustentável do ponto de vista econômico, social, ambiental e ético;
- reconhecer os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais das mulheres;
- comprometer-se com a defesa dos princípios de igualdade e justiça econômica e social;

- reconhecer o direito universal à educação, à saúde e à previdência;
- comprometer-se com a luta pelo direito à terra e à moradia;
- comprometer-se com a luta antirracista e a defesa dos princípios de equidade racial-étnica;
- comprometer-se com a luta contra todas as formas de discriminação de gênero, e com o combate a violência, maus-tratos, assédio e exploração de mulheres e meninas;
- comprometer-se com a luta contra a discriminação a lésbicas e gays;
- comprometer-se com a luta pela assistência integral à saúde das mulheres e pela defesa dos direitos sexuais e reprodutivos;
- reconhecer o direito das mulheres de ter ou não ter filhos com acesso de qualidade à concepção e/ou à contracepção;
- reconhecer o direito de livre exercício sexual de travestis e transgêneros;
- reconhecer a discriminação do aborto como um direito de cidadania e uma questão de saúde pública e reconhecer que cada pessoa tem direito as diversas

modalidades de família e apoiar as iniciativas de parceria civil registrada (...).<sup>16</sup>

Diz a feminista e cientista política norte-americana Nancy Fraser que, a um conceito amplo de gênero que incorpore a diversidade de femininos e feminismos historicamente construídos, deve corresponder “um conceito de justiça tão abrangente quanto e que seja capaz de englobar igualmente a distribuição e o reconhecimento.”<sup>17</sup>

Nessa direção, como já apontamos no artigo citado anteriormente, a Plataforma Política Feminista que resultou da Conferência Nacional das Mulheres Brasileiras representa o coroamento de quase duas décadas de luta pelo reconhecimento e incorporação do racismo, da discriminação racial e das desigualdades de gênero e raça que eles geram. Tal concepção constitui-se em um dos eixos estruturais da luta das mulheres brasileiras. A Plataforma, ao incorporar esse princípio, sela um pacto de solidariedade e coresponsabilidade entre mulheres negras e brancas na luta pela superação das desigualdades de gênero e entre as mulheres no Brasil. Redefine os termos de uma verdadeira justiça social no Brasil. Como afirma Guacira César de Oliveira da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e uma das integrantes da Comissão Organizadoras da Conferência:

reafirmamos que os movimentos de mulheres e feministas querem radicalizar a democracia, deixando claro que ela não existirá enquanto não houver igualdade; que não haverá igualdade sem distribuição das riquezas; e não há distribuição sem o reconhecimento das desigualdades entre homens e mulheres, entre brancos e negros, entre urbanos e rurais, que hoje estruturam a pobreza. Não almejam a mera inversão dos papéis, mas um novo marco civilizatório.<sup>18</sup>

Diz-nos Nancy Fraser ainda: “(...) situo lutas de gênero como uma das facetas de um projeto político mais amplo que busque uma justiça democrática institucionalizante, cruzando os múltiplos eixos da diferenciação social.”<sup>19</sup>

Nessa perspectiva, a Plataforma Política Feminista oferece importante contribuição para uma sociedade democrática e socialmente justa. Sinaliza, claramente, para a urgência de instituição de um novo marco civilizatório, no qual são colocados em questão a necessidade de avançar a democracia política:

A democracia política representativa – que tem no voto seu instrumento básico de funcionamento – vigora no Brasil como se fosse a única prática legítima de exercício de poder, apesar da forte crise de legitimidade de suas instituições. (...) A democracia representativa ainda está impregnada dos perfis racista, sexista e classista da sociedade brasileira, que consolidaram um poder hegemônico de face masculina, branca e heterossexual, em que pesem as diferenças político-ideológicas entre os partidos. Essa situação tem sido ainda agravada pela política liberal/conservadora vigente que, com seus mecanismos de poder junto ao sistema econômico e ao sistema de comunicação de massa, restringe as possibilidades de disputa política para muitos segmentos.<sup>20</sup>

A crítica incide também sobre o Estado democrático de direito e justiça social em que se aponta a concentração de riqueza, a dimensão de gênero e raça/etnia das desigualdades e exclusão social:

a desigualdade cresce também através das atuais práticas fiscais, que favorecem a acumulação livre do capital e restringem o acesso à riqueza nacional por parte da grande maioria da população, principalmente as mulheres negras e indígenas. (parágrafo 31)

E, fundamentalmente, em busca de um novo marco civilizatório, as mulheres se posicionam claramente contra a ordem neoliberal:

Os movimentos brasileiros de mulheres opõem-se às políticas neoliberais e de ajuste estrutural e reafirmam a necessidade de que o Estado desenvolva políticas públicas afirmativas para a superação da pobreza, a geração de renda e emprego e a garantia de bem-estar. (parágrafo 33)

O grande desafio é propor, articular e implementar propostas que estejam afinadas com um projeto radical de superação desses problemas e vislumbre novos ideais. Paulatinamente, o movimento de mulheres negras sinaliza para iniciativas fundamentais nas imbricações entre racismo e sexismo.

Nas últimas décadas o movimento de mulheres vem se firmando como sujeito político ativo no processo brasileiro de democratização política e de mudança de mentalidades. É nessa condição que convidamos toda a sociedade para debater os entraves que, ainda nesse início de milênio, dificultam em nosso país o estabelecimento da justiça social de gênero, de raça/etnia e de classe, para todas as pessoas em todos os aspectos de suas vidas.<sup>21</sup> (parágrafo 11)

Essa articulação permanente das exclusões de gênero e raça determinadas pelas práticas sexistas e racistas constituía um dos pré-requisitos fundamentais para selar uma perspectiva de luta comum entre mulheres negras e brancas no contexto da luta feminista.

O jornal Folha de S.Paulo assim noticiou o evento de lançamento da Plataforma Política Feminista em 6 de agosto de 2002 na OAB – São Paulo: “um grupo de ONGs lançará hoje a Plataforma Política Feminista. O documento traz propostas de interesse das mulheres para reforma agrária e meio ambiente e de combate ao racismo”.<sup>22</sup>

Os conteúdos destacados pelo jornal são indicativos do impacto da perspectiva das mulheres negras sobre a agenda feminista brasileira. O combate ao racismo,

antes questão periférica ou inexistente, torna-se um dos elementos estruturais da Plataforma. Da mesma forma, as questões de reforma agrária e meio ambiente sublinhadas pelo jornal são temas do interesse das mulheres populares, contexto ao qual as mulheres negras estão diretamente ligadas pela prevalência da população negra nas áreas rurais do país. Some-se a isso a conflituosa situação das comunidades remanescentes de quilombos em disputa por suas terras ancestrais enfrentando empreendimentos agropecuários, madeireiros e grilagens para fins de especulação imobiliária que operam para postergar a titulação de suas terras, um direito conquistado e reconhecido pelo artigo 68 da Constituição Federal.

## **SEGUINDO EM FRENTE...**

Pensar a contribuição do feminismo negro na luta antirracista é trazer à tona as implicações do racismo e do sexismo que condenaram as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização sociais. Tal situação, por seu turno, engendrou formas de resistência e superação tão ou mais contundentes.

O esforço pela afirmação de identidade e de reconhecimento social representou para o conjunto das mulheres negras, destituído de capital social, uma luta histórica que possibilitou que as ações dessas mulheres do passado e do presente (especialmente as primeiras) pudessem ecoar de tal forma a ultrapassarem as barreiras da exclusão. O que possibilitou, por exemplo, que a primeira romancista brasileira fosse uma negra a despeito das contingências sociais em que ela emergiu?

Os efeitos do racismo e do sexismo são tão brutais que acabam por impulsionar reações capazes de recobrir todas as perdas já postas na relação de dominação. O efervescente protagonismo das mulheres negras, orientado, num primeiro momento, pelo desejo de liberdade, pelo resgate de humanidade negada pela

escravidão e, num segundo momento, pontuado pelas emergências das organizações de mulheres negras e articulações nacionais de mulheres negras, vem desenhando novos cenários e perspectivas para as mulheres negras e recobrando as perdas históricas.

Sumariamente, podemos afirmar que o protagonismo político das mulheres negras tem se constituído em força motriz para determinar as mudanças nas concepções e o reposicionamento político feminista no Brasil. A ação política das mulheres negras vem promovendo:

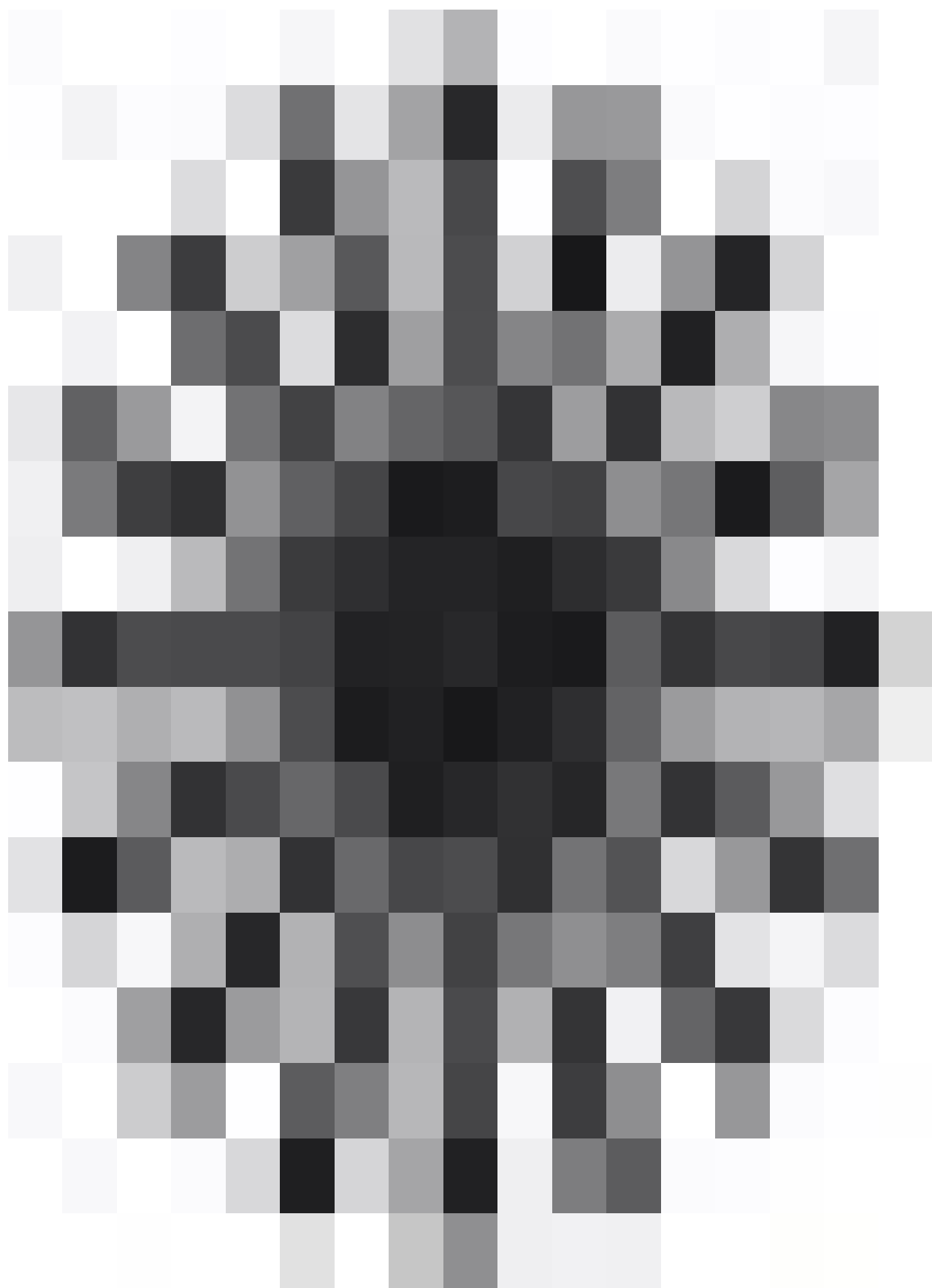
- o reconhecimento da falácia da visão universalizante de mulher;
- o reconhecimento das diferenças intragênero;
- o reconhecimento do racismo e da discriminação racial como fatores de produção e reprodução das desigualdades sociais experimentadas pelas mulheres no Brasil;
- o reconhecimento dos privilégios que essa ideologia produz para as mulheres do grupo racial hegemônico;
- o reconhecimento da necessidade de políticas específicas para as mulheres negras para a equalização das oportunidades sociais;
- o reconhecimento da dimensão racial que a pobreza tem no Brasil e, conseqüentemente, a necessidade do corte racial na problemática da feminização



da pobreza;

- o reconhecimento da violência simbólica e a opressão que a branquidade, como padrão estético privilegiado e hegemônico, exerce sobre as mulheres não brancas.

E a introdução dessas questões na esfera pública contribuem, ademais, para o alargamento dos sentidos de democracia, igualdade e justiça social, noções sobre as quais gênero e raça impõem-se como parâmetros inegociáveis para a construção de um novo mundo.



**ESTE TEXTO É UMA VERSÃO REVISADA DO ARTIGO PUBLICADO EM ESTUDOS AVANÇADOS VOL. 17, Nº 49, SÃO PAULO: INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS / USP, 2003, P. 117-133.**

## **NOTAS**

1Mireya Suarez e Lourdes Maria Bandeira, “A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania”, in Cristina Bruschini e Cristina Unbehaum (orgs.), Gênero, democracia e sociedade brasileira , São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 2002, p. 299.

2Plataforma Política Feminista, parágrafo 8: aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras em 6 e 7 de junho de 2002. Distribuição Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) , Brasília, 2002.

3Luiza Barros Bairos, “Lembrando Lélia Gonzalez”, in Jurema Werneck, Maisa Mendonça e Evelyn C White, O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe , Rio de Janeiro: Criola/Pallas, 2000, p. 56.

4Lélia Gonzalez apud Luiza Barros, “Lembrando Lélia Gonzalez”, in Jurema Werneck, Maisa Mendonça e Evelyn C White, op. cit.

5Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva, Industrialização, emprego e estratificação social no Brasil , Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1984, p. 37.

6Márcia Lima, “Trajetória educacional e realização sócio-econômica das mulheres negras brasileiras”, Revista Estudos Feministas , vol. 3, nº 2, 1995, p. 28.

7Sueli Carneiro, “Nós?”, jornal Correio Braziliense , Coluna Opinião, 22 fev 2002, p. 5.

8Beatriz Nascimento, “A mulher negra e o amor”, jornal Maioria Falante , fev/mar, 1990, p. 3. Nesta coletânea, p. 265.

9Regina Nogueira, “Mulher negra e obesidade”, in Jurema Werneck, Maisa Mendonça e Evelyn C White, op. cit., p. 201.

[10 Fátima Oliveira, Oficinas mulher negra e saúde , Belo Horizonte: Mazza Edições, 1998, p. 43.](#)

[11 Idem, p. 133.](#)

[12 Idem, p. 132.](#)

[13 Idem, p. 13.](#)

14 Antonia Aparecida Quintão, Lá vem meu parente: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e Pernambuco no século XVIII , tese de doutorado, São Paulo: Departamento de História, USP , 1999.

15 Em Nós mulheres negras – Diagnóstico e propostas da Articulação de ONG s de Mulheres Negras rumo à III Conferência Mundial contra o Racismo, 2001, p. 22-23.

16 Sueli Carneiro, “Mulheres”, jornal Correio Braziliense , Coluna Opinião, 14 jun 2002, p. 5.

17 Nancy Fraser, “Políticas feministas na era do conhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero”, in Cristina Bruschini e Cristina Unbehaum (orgs.), op. cit., p. 63.

18 Esses comentários foram originalmente publicados na Coluna Opinião do jornal Correio Braziliense em 14 jun 2000.

19 Nancy Fraser, op. cit., p. 63.

20 Plataforma Política Feminista aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras ( CNMB ) em 6 e 7 jun 2002. Parágrafos 12 e 13.

21 Plataforma Política Feminista aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras ( CNMB ) em 6 e 7 jun 2002. Parágrafo 11.

22 Jornal Folha de S. Paulo de 6 ago 2002. Painei, p. A4.

**Leia também**

**Algumas histórias sobre feminismo no Brasil**

**Bandeiras tornam-se objeto de estudo**

**Em busca de novos caminhos críticos**

**Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**

**Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**

**Pensamento feminista: conceitos fundamentais**